



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA**

GILSON JOSÉ JULIÃO

**CULTURA POLÍTICA EM TORNO DA FIGURA DE PADRE
ZUZINHA EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE
(1968-1986)**

**Campina Grande - PB
2010**

GILSON JOSÉ JULIÃO

**CULTURA POLÍTICA EM TORNO DA FIGURA DE PADRE
ZUZINHA EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE
(1968-1986)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual
da Paraíba – UEPB, para
encerramento do componente
curricular e conclusão da graduação
em história.

Orientador: Ms. Faustino Teatino Cavalcante Neto

**Campina Grande – PB
2010**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

J94c Julião, Gilson José.
 Cultura política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe-PE (1968-1986) [manuscrito] / Gilson José Julião. – 2010.
 69 f.: il.

 Digitado.
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2010.

 “Orientação: Prof. Me. Faustino Teatino Cavalcante Neto, Departamento de História”.

 1. Ciência política. 2. Cultura política. 3. Poder. I. Título. II. Padre Zuzinha.

21. ed. CDD 320

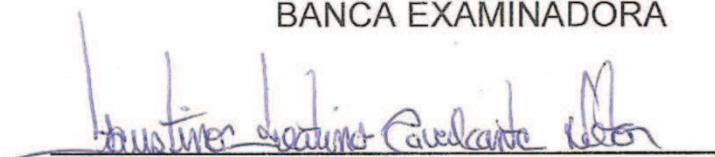
GILSON JOSÉ JULIÃO

CULTURA POLÍTICA EM TORNO DA FIGURA DE PADRE
ZUZINHA EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE
(1968-1986)

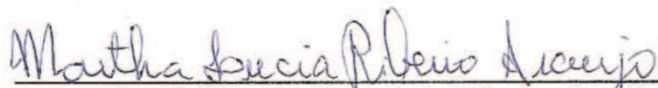
Trabalho Acadêmico Orientado
apresentado à Universidade Estadual
da Paraíba – UEPB, para
encerramento do componente
curricular e conclusão da graduação
em história.

Aprovada em: 17 de dezembro de 2010.

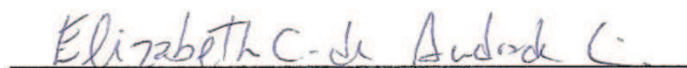
BANCA EXAMINADORA



Prof^o. Ms. Faustino Teatino Cavalcante Neto – UEPB
(Presidente – Orientador)



Prof^a. Ms. Martha Lúcia Ribeiro Araújo – UEPB
(Examinadora)



Prof^a. Dr.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima – UFCG
(Examinadora)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, **Zé de Turiu e Dona Zina**, que mesmo sem entender o que estava fazendo, sempre me apoiaram, deram as condições necessárias e sabiam da importância deste percurso.

Ao meu irmão, **Josimar Julião**, que foi o grande responsável por essa trajetória, pois, foi em quem me inspirei e sem o qual talvez tivesse desistido mesmo antes de começar.

A minha companheira de todas as horas, “a namorada que sonhei”, **Elaine Silva**, pelo carinho, atenção, risadas, puxões de orelha e, sobretudo por ter feito companhia durante aquelas viagens loucas.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de começar agradecendo ao Todo Poderoso que nos fez questionar sobre a sua existência, mas que em virtude de todas as provações me fez entender que sem ele não estaria aqui.

Agradeço aos meus sobrinhos, Lucas, Marina e Fábio que sempre me perguntavam sobre as lições e tarefas da faculdade e se os professores passam dever de casa.

A todos os companheiros da turma pelo aprendizado, em especial, Romenyck Stiffen e Mário Júnior que juntos apreendemos a arte do “migué”. Vivemos altos e baixos, mas a faculdade, as viagens, os brotos, as gargalhadas, as madrugadas, os cafés, as cervejas, os galletos e o carinho que temos fizeram com que nossa amizade se fortalecesse cada dia mais.

Aos professores, desde Dona Gercina (professora da alfabetização) aos do ensino fundamental, médio, cursinho e os da faculdade, em especial ao orientador deste trabalho, Faustino, que nos mostrou o campo da nova história política.

Às examinadoras deste trabalho, professora Martha Lúcia, que nos ensinou a arte do “sangue, suor e lágrima”, e a professora Elizabeth Christina de Andrade Lima que aceitou o convite.

Aos amigos dos velhos tempos Deinha, Cleiton, Nailson, Júlio Cesar, Itamar, Patrícia e Janaildo, que mesmo distantes sempre permanecem sendo parceiros de todas as horas.

Aos amigos Gilberto Silva, Geraldo Moura, Ferreira Neto, Nelson, Cláudio Higinio, Rodrigo, Gilberto Geraldo, Melqui Lima, Raquel, Manuela Boi, Manuela Balbino, Vaniara, Fabiana (Binha), Taciana, Rosângela, Alessandro Severo, Lázaro, Thonny Hill, Romuldo e Gleison Lima (Banana) pelos brindes aos brotos que foram saudados com uma boa cerveja, uma cachaça, um vinho, um refrigerante ou água de coco, oscilando entre o Busão, a faculdade e as madrugadas intermináveis.

Aos “maleiros” Mané do Blog, Gilvan Gordo, Bruno Bezerra, Gustavo Bezerra, Sérgio Colino, Wellington e Pablo Ricardo que propiciaram momentos

de descontração e debates acalorados sobre os destinos de nossa cidade, movidos a muito café.

Ao “trio parada dura”, que infelizmente ficou desfalcado com a partida do saudoso Artur, que foi exemplo de amizade, companheiro e que não tinha horas para nos atender com muita atenção. Deste trio tenho muito a agradecer pelos debates calorosos movidos a muita discussão teórica feitos por Clarissa.

Aos alunos das escolas Padre Zuzinha, Dinâmica, Dom Pedro e Olavo Bilac pela oportunidade de permitir que conhecêssemos o mundo encantador que é a sala de aula.

A UESCC (União dos Estudantes de Santa Cruz do Capibaribe) que fez com que pudéssemos colocar em prática o aprendizado conseguido na academia, pois, sem prática a teoria é inútil. Essa foi a melhor escola de reprodução do conhecimento adquirido.

Aos que forneceram as fontes: Fundação Padre Zuzinha, Ney Lima da Rádio Comunidade FM, ao professor Rimário Silva, arquivo pessoal de Maria do Socorro da Silva, do professor Edson Tavares e do professor Arnaldo Vitorino.

A Dona Bernadete que nos confiava fazer um fiado para que fosse possível nos alimentar. Ela é responsável por ganharmos uns quilos. Sou muito grato pelas risadas que foram propiciadas por “SalvadorBa”.

À Epitácio e Vera da copiadora, que tinham que correr para tirar as xérox sem prejudicar os nossos horários acadêmicos. Era muita correria!

A todos dos Busão do Riva que diariamente, de forma enfadonha viajam 200 km para buscar o conhecimento. Um agradecimento especial ao motorista Preto, que sempre se preocupava com o horário das chegadas e sempre fazia o possível para não perdermos as atividades acadêmicas, mesmo, os ônibus estando constantemente quebrados. Foram muitas aventuras, loucuras e desafios.

Ao Cafofo do Osama que sempre nos recebeu de portas abertas e de forma muito aconchegante.

À Eron pelo apoio técnico na assistência ao computador e pelas pizzas.

Aos colegas Afrânio Marques, Zezin Buxin e Júnior Gomes, que vivenciam comigo as tramas da política local.

Aos familiares, aqui representados por Wilma, Tia Marluce, Vô Turiu, Andresa e Alexandre que sempre tiveram uma preocupação e atenção especial em todos os momentos.

Aos colegas de trabalho Edimauro, José Alves e Laércio Glicério que muitas vezes tiveram que segurar as broncas para que pudéssemos concluir essa etapa da vida.

RESUMO

029.1 Estruturas de Poder e Movimentos Sociais

JULIÃO, Gilson José. “Cultura Política em Torno da Figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe-PE (1968-1986)”

Orientador: Ms. Faustino Teatino Cavalcante Neto – UEPB

Examinadores: Ms. Martha Lúcia Ribeiro Araújo – UEPB

Dr.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima – UFCG

O presente trabalho tem como objeto de estudo a figura de Padre Zuzinha no município de Santa Cruz do Capibaribe-PE, por meio do recorte temporal que compreende sua chegada nesta cidade na década de 1950, passando pelos pleitos eleitorais nos quais foi candidato (1968 e 1976), se encerrando em 1986, período onde é localizado com maior evidência a construção de “lugares de memória” que se inicia logo em seguida da sua morte em 1983. Por se envolver em uma trama do campo da política, este trabalho está inserido no viés da nova história política, em especial da categoria do conceito de cultura política. Tomamos como fontes principais textos do *Jornal Capibaribe*, imagens, *jingles* das campanhas eleitorais, canções, áudios, leis e publicações da época. Tomando o objeto e as fontes utilizamos do paradigma indiciário de Ginzburg (1989) como método que possibilitou fazer com que as fontes falassem e nos dessem a possibilidade de construir nossa escrita da história. A escolha deste objeto partiu da necessidade de analisar como essa figura, a partir de sua vida política e dos “lugares de memória”, podem ser considerados como uma cultura política emergente. Desse modo, nos apropriaremos dos conceitos de Teatralização do Poder, a partir de Georges Balandier e Schwartzberg, bem como da idéia de Representação de Roger Chartier e Carisma por meio de Geertz. Abordaremos Mitologia Política, a partir de Girardet, Poder Simbólico de Bourdieu e por meio de Nora tratamos da categoria de Lugares de Memória. Discorreremos nos três capítulos sobre o cenário político local, os pleitos eleitorais e por fim os “lugares de memória” instituídos após a morte de Padre Zuzinha.

Palavras-chave: Padre Zuzinha, Poder Local, Cultura Política.

ABSTRACT

This work aims to study the figure of Padre Zuzinha in Santa Cruz do Capibaribe –PE, through the temporal cut that includes his arrival in this city of the 1950s, through the rigged elections in which the candidate (1968 and 1976), to a close in 1986, a period where it is located would more clearly the construction of “places of memory” that begins soon after his death in 1983. By getting involved in a plot of the field of politics, this work is placed on the bias of the new political history, particularly the category of the concept of political culture. We take as the main sources of *Jornal Capibaribe* texts, images, jingles election campaigns, songs, audios, and publications laws of the time. The choice of this object came from the need to examine how this figure, from his political life and “places of memory” can be considered as an emerging political culture. Thus, will grab the concepts of theatricality of Power, from Georges Balandier and Schwartzberg, and the idea of representation by Roger Chartier and charisma through Geertz. We will address Political Mythology from Girardet, Bourdieu and Symbolic Power by Nora treat the category of Places of Memory. We will discourse on the three chapters on the local political landscape, the rigged elections and finally the "places of memory" in place after the death of Padre Zuzinha.

Keywords: Padre Zuzinha, Local Power, Political Culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 1 – Panfleto da campanha eleitoral de 1982

Figura nº 2 – Funeral em frente à Igreja Matriz em 06 de outubro de 1983

Figura nº 3 – Mausoléu de Padre Zuzinha

Figura nº 4 – Inauguração da estátua Padre Zuzinha em 05 de outubro de 1985

Figura nº 5 – Praça e estátua Padre Zuzinha atualmente

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	IV
AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
LISTA DE FIGURAS	X
INTRODUÇÃO	01
1 CENÁRIO POLÍTICO, PODER LOCAL E O CARISMA DE PADRE ZUZINHA.....	08
1.1 Cultura Política Encenada	08
1.2 Palco de uma Encenação de Poder: A Luta pela Emancipação Política em Santa Cruz do Capibaribe-PE	11
1.3 Contextualizando o Poder Local: “Cabecinha” versus “Boca-Preta”	15
1.4 Carisma na Construção do Poder Local: Entra em Cena Padre Zuzinha	19
2 RITOS, RITMOS E IMAGENS: O SIMBOLISMO NO ESPETÁCULO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS	24
2.1 A ARENA do Poder	25
2.2 “Quem é que Vai Ganhar? É o Padre”: Embalos das Campanhas Eleitorais de 1968 e 1976	30
2.3 “O Povo Pediu e o Bom Padre Voltou”: A Campanha Eleitoral de 1976	34
3 OS “LUGARES DE MEMÓRIA” ERGUIDOS APÓS A MORTE DE PADRE ZUZINHA	38
3.1 A Morte de Padre Zuzinha e o Nascimento do Mito	39
3.2 De Carismático à Mito: Padre Zuzinha nos Vários “Lugares de Memória”	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
ANEXOS	58

INTRODUÇÃO

Em Santa Cruz do Capibaribe, cidade localizada no Agreste pernambucano, a política vem sendo algo que nos importa no sentido de entendermos a suas várias facetas. Seja a partir das lutas políticas travadas ao longo de seus 55 anos de emancipação político-administrativa¹, ou pela forma como a política é retratada com suas peculiaridades, como a que abordaremos aqui. Há destaque para a questão das disputas políticas eleitorais e para a questão do poder local que aqui abordaremos a partir da figura de Padre Zuzinha no período de 1968 a 1986.

No Brasil, o poder político em muitos casos é exercido por um grupo ou por determinado sujeito que constrói e reconstrói imagens que possibilitam o pensamento a partir da construção de mitos carismáticos imbuídos de um conjunto de símbolos de poder. Embora as disputas eleitorais acontecessem de forma institucionalizada, tanto em Santa Cruz do Capibaribe quanto em outras cidades do Nordeste, era importante que todos os que pretendessem postular um cargo eletivo estivessem ligados a algum dos grupos políticos existentes, a exemplo dos “Cabecinhas²” e “Bocas-pretas³”, independente de qual partido esteja filiado no conjunto nacional. Tal ligação a um determinado grupo era também importante para a população no momento de suas escolhas. Neste caso, o que mais importa para o cenário político local são as representações que são colocadas ou aceitas no conjunto da disputa pelo poder, assim como destaca Chartier (1991): “(...) estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade” (p.12).

Propormos neste trabalho uma discussão sobre a história política de Santa Cruz do Capibaribe, em especial os desdobramentos e as possibilidades de análise a partir da figura de Padre Zuzinha, analisando a construção do mito

¹ Desde 1929 lutavam por essa emancipação, porém depois de sucessivos fracassos a lei nº 1818, de 29 de Dezembro de 1953, sancionada pelo então governador Etelvino Lins de Albuquerque, tornou Santa Cruz do Capibaribe emancipada político-administrativamente.

² Cabecinha: denominação dada a um determinado grupo político de Santa Cruz do Capibaribe – PE. Surgiu por volta de 1950.

³ Boca-preta: denominação dada a um dos grupos políticos de Santa Cruz do Capibaribe. Surgiu aproximadamente na década de 1960.

político⁴, a partir das manifestações que o institui desde a sua primeira eleição em 1968, passando por sua morte em 1983. Parte-se da premissa de que a figura de um padre-político propicia à efervescência a partir dos “lugares de memória”⁵, dos mitos e mitologias políticas existentes. Para esta análise, busca-se a apreensão das imagens do mito Padre Zuzinha, representadas pela memória acerca desse mito, produzida por diferentes segmentos sociais.

Notamos que este mito político surge a partir de sua própria intervenção e de terceiros no processo de sua construção enquanto tal e que, em determinado momento de sua instituição, atende e se confunde com os sonhos, anseios e esperanças de um futuro melhor. Esse mito incita a força criadora por meio da memória de um tempo de felicidade, harmonia e prosperidade que um padre poderia representar para a época. A impressão do mito, principal personagem político do período aqui estudado, deve-se também à recorrência à narrativa de sua vida através de uma lógica ordenada pelas fases de um tempo contínuo do surgimento, auge e morte, ou o tempo do apelo, do poder e glória, e do martírio religioso.

Neste sentido, a escolha do objeto para a discussão partiu da vontade de perceber como as tramas políticas deste padre podem ser configuradas no que Balandier e Schwartzberg chamam de teatralização do poder, levando em consideração os ritos, as formas, as encenações, os gestos, as imagens, os rituais, os símbolos, as festas, as canções, as palavras, os discursos, os vocabulários, as maneiras de vestir-se e de mover-se como expressões de uma cultura política⁶ emergente.

Essas considerações são percebidas na figura de Padre Zuzinha devido o mesmo ter sido, além de pároco da cidade chegando em Santa Cruz do Capibaribe em 1938, afastando-se pouco depois, para voltar em definitivo em 1946, participando das lutas pela emancipação político-administrativo da cidade, foi presidente da Sociedade Esportiva Ypiranga Futebol Clube⁷ e da Sociedade Musical Novo Século⁸, tinha uma prática de doar o que conseguia,

⁴ Sobre mito político abordaremos no terceiro capítulo.

⁵ Sobre o conceito “lugares de memória” falaremos no terceiro capítulo.

⁶ Logo enfatizaremos sobre esse conceito.

⁷ Sociedade Esportiva Ypiranga Futebol Clube: O time Ypiranga surgiu em 1938. A Sociedade Ypiranga possui sede onde aconteciam as festas da cidade como os carnavais e festas juninas.

⁸ Sociedade Musical Novo Século: Surgida em 1900, reúne músicos.

ganhando, desta forma, a simpatia dos fiéis, principalmente dos mais pobres, sendo esta uma de suas características mais marcantes, fazendo dele uma figura carismática. Isto será abordado no primeiro capítulo deste trabalho percorrendo um debate em torno dos poder local através dos dois grupos políticos da cidade.

Para isto lançamos mãos das fontes: leitura bibliográfica dos livros “História de Santa Cruz do Capibaribe de Julio Ferreira de Araújo, “Raimundo Aragão: sua vida, suas obras” e “Biografia de Padre Zuzinha” escrita por Lindolfo Pereira Lisboa e “YPIRANGA: Memória de Uma Paixão em Azul e Branca” de Marcondes Moreno; monografia do professor Rimário Clismério da Silva com o título “Religião e política em Santa Cruz do Capibaribe: uma análise da trajetória política do Padre Zuzinha”; além dos jornais Página Livre e Capibaribe.

No segundo capítulo buscamos por meio das fontes: arquivos do Programa Memória Política, da Rádio Comunidade FM, de Santa Cruz do Capibaribe-PE, exibido em 2008; jingles de campanhas eleitorais; músicas; folhetins de literatura de cordel; monografia de Rimário Clismério da Silva, já citada anteriormente; documentos pessoais; imagens; panfletos e “santinhos”. Desta forma, abordamos sobre o período que Padre Zuzinha foi eleito por duas vezes prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, a primeira em 1968 e a segunda em 1976; antes de ser empossado prefeito em 1968 foi alvejado com tiros na perna e tinha uma relação próxima com o período militar, pois fazia parte da ARENA – Aliança de Renovadora Nacional que reunia aqueles que apoiavam o governo militar, além de ter dado o nome a uma escola de “31 de março”, data do golpe militar.

Com sua morte, em 1983, vários atributos de simbolismo do poder são erguidos através dos lugares de memórias: a Rua Dr. Manoel Borba (conhecida Rua Grande, onde se encontra localizado a Igreja Matriz, a prefeitura e o cemitério, locais onde ocorrem as principais festas e eventos da cidade) passou a se chamar Avenida Padre Zuzinha; foi construída uma estátua no final desta avenida (cuja inauguração equiparou-se a um grande ato político e religioso); a sua sepultura foi construída como uma réplica da Igreja Matriz, sendo aberto portão exclusivo de acesso, onde tem-se vários elementos que se caracterizam como promessas religiosas feitas ao Padre, inclusive com

imagens de “santinhos” de políticos; a escola por ele fundada deixava o nome de “31 de Março”, e passava a ser Escola Padre Zuzinha; o dia de sua morte passou a ser feriado municipal; foi criada a Fundação Beneficente Padre Zuzinha; e até criaram uma medalha com seu nome. A partir dessas considerações é visto que existem indícios, por meio dos lugares de memórias, de uma cultura política que foi sendo construída com a morte do Padre Zuzinha e isso será debatido no terceiro capítulo. Utilizamos como fontes para este último capítulo: convite da missa de 30º dia de sua morte; Jornal Capibaribe; músicas; imagens; leis; monumentos e discursos.

Com o estudo por esta perspectiva percebe-se, conforme dito anteriormente, as tramas políticas montadas neste processo. No entanto, nossa inquietação é perceber essas questões em consonância com a idéia de que o poder para ser legítimo e autorizado precisa atender certas demandas simbólicas da sociedade. Tais demandas não precisam, necessariamente, ser explicadas pela razão ou pela lógica dos fatores político-sociais, mas ao contrário, se enquadram no universo das paixões e do carisma. Esse universo nos parecia avesso ao político, porém, com as novas abordagens que nova história política nos possibilita, este universo começa a fazer parte constituinte da política. Essa inquietação torna-se acadêmica em contato com os autores que trabalham justamente com a construção do Carisma levantada por Geertz (2008), de Teatralização do Poder por meio de Balandier (1982) e Schwartzberg (1977), as Representações teorizadas por Chartier (1991), do Simbolismo do Poder de Bourdieu (1989), dos Mitos Políticos discutida por Girardet (1987) e dos Lugares de Memória de Nora (1993) em torno da política para justificar a sua relação com a sociedade.

O interesse da pesquisa se dá, também, devido à constatação da pouca bibliografia específica sobre o tema, pois se entende que este tema merece um estudo, como muitos outros que ainda não foram abordadas, do qual muito nos beneficiaria o conhecimento sobre o período proposto, contribuindo para a historiografia local.

Aventuraremos para construir esse trabalho a partir da História Política com interface com a História Cultural que possibilita a “compreensão da história como uma narrativa que constrói uma representação sobre o passado, e que se desdobra nos estudos da produção e na recepção dos textos.”

(PESAVENTO, 2008, p.69). Mais especificamente trabalharemos sob a luz do político, ou melhor, sobre os caminhos da Nova História Política ou História Cultural do Político, conforme queiram chamar.

O tema, por se envolver numa trama municipal, se insere em uma pesquisa realizada pelo viés da História Local. Refletir sobre história local, no momento atual das produções e discussões historiográficas, faz com que historiadores, que enveredam por essa prática, construam narrativas que tem buscado tanto o campo da cultura política, como uma abordagem que compreende a ação social como resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões. Sendo assim, o nosso objetivo é, dentro das novas implicações da história política, sobretudo, a partir da categoria conceitual de cultura política, identificar as sinalizações que impliquem para nós como um cenário propício a percepção do teatro do poder.

Entendo, tal como Railane Araújo, que é “necessária uma breve contextualização da possibilidade aberta pela recente historiografia para o uso de tais conceitos e de uma proposta de trabalho que busque uma leitura do poder a partir da idéia de encenação”. (ARAÚJO, 2009, p. 11)

A Nova História Política incorporou e buscou, de forma renovada, em outras ciências, elementos que contribuem para fazermos uma escrita de forma nova. Segundo René Rémond (2003):

No caso, a renovação foi provocada, suscitada, pela rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais. E neste ponto, a contestação de que foi objeto a história política lhe foi muito salutar: o desafio fustigou a imaginação e estimulou a iniciativa (p. 26).

Os conceitos de representação e de poder simbólico, caros à História Cultural, foram ficando presentes no universo do político. Desta forma, a Nova História Política nos dá contribuições para compreendermos a nossa proposta de estudo que, inclusive, fará empréstimos da antropologia e da sociologia para identificar temas envolvendo a teatralização do poder no período proposto neste trabalho.

Neste caso, a antropologia e a sociologia se aproximam da história com o conceito de cultura política para fazer uma discussão do carisma, da

mitologia política e de simbolismo no poder a partir da figura de Padre Zuzinha.

Para isto destacamos esta contribuição:

Sobre esses objetos novos (ou reencontrados) podiam ser postos à prova modos de tratamento inéditos, tomados de empréstimo às disciplinas vizinhas: tais como as técnicas de análise lingüística e semântica, os instrumentos estatísticos da sociologia ou certos modelos da antropologia (CHARTIER, 1991, p.2).

Destacamos ainda que:

O estudo da política, a partir da incorporação da noção de cultura política, deixa de se restringir às questões políticas formais, às práticas institucionais, às discussões centradas no aparelho de Estado e suas leis, passando a levar em conta elementos conformadores da dinâmica interna das relações sócio-políticas entre os diferentes atores sociais (individuais e coletivos) e entre estes e o Estado, a exemplo de suas percepções, visões de mundo, valores e sentimentos (CITTADINO, 2007, p. 53).

A partir dos conceitos e correntes teóricas apresentadas acima, aventuraremos nessa pesquisa na perceptiva de debruçarmos sobre a história política entendendo que ela se dá no campo dos sentimentos, do carisma e das subjetividades ressaltando que o poder é aqui pensado para além da circunferência institucional do Estado como destaca Cittadino acima.

Tomados os objetos mencionados acima como fontes utilizamos do paradigma indiciário de Ginzburg (1989) como método que possibilitou fazer com que as fontes falassem e nos permitiu trazeremos sentidos que foram colocados sobre a nossa escrita da história. Pois, ele destaca que “(...) é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis” (p.144). “(...) O conhecedor da arte é comprável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria” (p.145). Para tanto procuramos produzir um conhecimento lendo e interpretando os sinais, as pistas e os indícios.

Por se tratar de uma pesquisa no campo da História Cultural e entender que a cultura política é um conceito de dimensão vasta, por isso é preciso ampliá-la ao invés de debilitá-la, recorreremos ao método que possibilitou utilizar as fontes na sua mais profunda intensidade, “fazendo-as falar e revelar significados” (PESAVENTO, 2008, p. 66).

Portanto, enquanto historiador, entendemos que esta pesquisa se deu a partir da interpretação de determinada época e local em que está inserido um determinado fato cultural, neste caso um fato da cultura política que foi o

carisma, o simbolismo no poder, os lugares de memória e a mitologia política na trajetória de Padre Zuzinha.

1 CENÁRIO POLÍTICO, PODER LOCAL E O CARISMA DE PADRE ZUZINHA

Faremos neste capítulo uma abordagem da historiografia local, propondo analisar o cenário político de Santa Cruz do Capibaribe por meio da chegada de Padre Zuzinha por voltar da década de 1940, do qual participou das lutas pela emancipação político-administrativo da cidade. Neste momento falaremos sobre o conceito de cultura política, contextualizando o poder local através dos dois grupos políticos da cidade. Padre Zuzinha foi presidente da Sociedade Esportiva Ypiranga Futebol Clube e da Sociedade Musical Novo Século, tinha uma prática de doar o que conseguia, ganhando, desta forma, a simpatia dos fiéis, principalmente dos mais pobres, sendo esta uma de suas características mais marcantes, fazendo dele uma figura carismática que poderá ser mais bem compreendida com o debate a seguir.

1.1 Cultura Política Encenada

A partir de agora entraremos num cenário que foi, e ainda é, palco de várias tramas do político e que nos dará a possibilidade de retratar o papel político do padre José Pereira de Assunção, conhecido popularmente por Padre Zuzinha. Abordaremos como alguém que, a partir de uma mitologia política que lhe foi atribuída, constitui uma cultura política, que vem, sendo construída desde a década de 60 do século passado, a partir das manifestações simbólicas que o constituíram como líder carismático.

Entendemos que essa cultura política que foi e vem sendo forjada a partir da vida do Padre Zuzinha e mais ainda depois de sua morte, pode ser caracterizada por um poder político exercido por um grupo ou por determinado sujeito construtor e reconstrutor de imagens, possibilitando o pensamento a partir da construção de um mito carismático imbuído de um conjunto de símbolos de poder. Neste sentido, o que nos remete a questão dos fatos e eventos e que nos dão a sensação de estarmos lidando com figuras que, a partir de uma cultura política, nos faz perceber que o mais importante para o

cenário político são as representações que são colocadas ou aceitas no conjunto da disputa do poder, como destaca Chartier:

(...) a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais 'representantes' (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991, p. 12).

A partir de suas imagens e ações é possível localizar a figura de Padre Zuzinha como alguém em torno do qual foi constituída uma cultura política. Para isso, destacamos:

Uma definição adequada para cultura política, (...) poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados para o futuro (MOTTA, 2009, p.21).

Importa realçar que, a partir da escrita acima, podemos mencionar a importância da figura de Padre Zuzinha para a política de Santa Cruz do Capibaribe dentro do contexto que o evidenciou por mais de duas décadas, considerando aqui o período de 1968 a 1983. Porém, vale destacar que na concepção de Motta (2009), utilizando a tipologia de Fernando Braudel, para se configurar como uma cultura política é preciso pelo menos à média duração e neste sentido utilizaremos aqui uma cultura política que vem sendo construída por certos desempenhos políticos, a partir da figura do Padre, imbuídos de elementos enraizados na cultura de um povo. Segundo Gomes o termo cultura política pode ser definido como:

(...) Um sistema de representações, complexo e heterogêneo", mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo. Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político para além da curta duração (GOMES, 2005, p. 31).

Com a chegada de Padre Zuzinha ao cenário político local, o grupo ao qual pertencia, os “bocas-pretas”, começa a ser denominado por muitos de “nação boca-preta”, tendo em vista a aglutinação popular ao longo das sucessivas vitórias, depois que o Padre se tornou o líder, inclusive fazendo parte do desejo de muitos participarem de tal grupo devido o sentimento de pertencimento. Esse momento de aglutinação popular se estendeu entre 1968 e 1992, percorrendo assim 24 anos de “domínio” político na cidade. Isso fez com que a partir de uma determinada visão de mundo e forma de “dominação” política caracterizada por este grupo que tinha o orgulho de ser assim denominado. Em virtude disso vários atores sociais surgiram, a exemplo de Augustinho Rufino, que se tornou vice-prefeito do Padre, prefeito e posteriormente deputado, da ex-vereadora Zilda Moraes, que foi vereadora por 25 anos, entre outros atores que orientaram a conduta política da cidade por um longo período.

Gomes (2005) destaca, fazendo um debate em torno de historiadores que insistem na pluralidade da existência de culturas políticas dentro de qualquer sociedade, que “A multiplicidade de culturas políticas não impediria, contudo, a possibilidade de emergência de uma cultura política dominante, em certo lugar, em certas conjunturas” (GOMES, 2005, p. 31).

Por ainda estar em construção e não ser caracterizado na média duração, mas na curta duração, o objeto de estudo aqui analisado é abordado pensando como uma possibilidade de emergência de cultura política “dominante”. Levando em consideração que para a construção de grandes mitos históricos que faz parte desta cultura política, como os “heróis” e “mártires”, bem como o desenrolar dos eventos abordados a seguir, foi importante a ação política de determinados personagens, neste caso o principal foi Padre Zuzinha. Para isso é preciso a realização de práticas reiterativas, como a repetição de rituais e cerimônias, e a participação em eventos e manifestações, o que vem acontecendo na política de Santa Cruz do Capibaribe, onde o principal personagem na segunda metade do século passado, atuando como construtor desta cultura política, na qual abordaremos nos próximos capítulos, é o Padre Zuzinha.

1.2 Palco de uma Encenação de Poder: A Luta pela Emancipação Política em Santa Cruz do Capibaribe

Falaremos neste primeiro momento, especificamente, sobre o cenário que é palco de uma encenação do poder exercido por atores que exercem papéis políticos representativos do real dentro de um contexto da teatralização, pois, entende-se, à luz de Balandier (1982), que “(...) as técnicas dramáticas não são utilizadas exclusivamente no teatro, mas também na direção da cidade” (p. 06).

Este cenário é a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, localizada no Agreste pernambucano que emerge enquanto cidade a partir da década de 50 do século passado. Mas, até chegar neste cenário vamos destrinchar os fatos que marcaram esse contexto.

Nas escritas e falas historiográficas de Santa Cruz do Capibaribe é colocada a ocupação da cidade iniciando-se por volta de 1750, quando um português chamado Antônio Burgos sai da cidade de Recife-PE, atendendo orientações médicas, pois, estava acometido de doenças, como relata Araújo (2008): “Tendo adoecido seriamente de um mal grave, talvez incurável para a época, foi aconselhado pelos médicos a procurar um clima mais ameno, no sertão, por exemplo, onde encontrasse um clima salobro e seco” (p. 17).

Porém, não se tem vestígios sobre a vida de Antônio Burgos, apenas que “(...) em meados do século XVIII, havia uma capela de taipa, construída pelo fidalgo português, Antônio Burgos” (LISBOA, 1990, p. 24), e que o mesmo veio para este local “acompanhando por seus escravos” (ARAÚJO, 2008, p. 17). Em outras fontes consultadas não foi possível identificar a existência deste personagem, tendo em vista a falta de comprovação, seja através de fontes escritas ou de memórias orais, bem como, de escravos nesta localidade. Araújo, destaca ainda que não se percebe na sociedade local uma população negra, isto levando em consideração que os escravos desta época faziam parte de um contexto afrodescendente.

Professores, pesquisadores e estudantes do campo de atuação dos historiadores fazem um debate a partir de registros palpáveis sobre a origem do lugar. Os debates se dão a partir do caso da torre da nave central da Igreja Matriz da cidade, que tem sua inscrição datada de 1874, pelo Padre Ibiapina, como melhor meio para compreender em que contexto surge esta localidade.

Embora entendamos que muitos vestígios se perdem e são ocultados no contexto da história por motivos diversos, não podemos cair no erro de historicizar algo sem uma comprovação que se dê através de vestígios e fontes que nos possibilite construir essa história.

Vindo para o campo da história política do cenário santa-cruzense, destacamos que a política vem sendo algo que nos importa no sentido de compreender suas várias facetas. Sejam nas lutas de emancipação político-administrativa, pois até 1953 esta cidade pertencia a cidade de Taquaritinga do Norte-PE, ou pela forma como a política é retratada com suas peculiaridades. Neste caso, a mitologia política que podemos atribuir ao Padre.

Para compreender melhor a encenação e a dramatização sobre a figura do Padre Zuzinha, faremos uma abordagem, a priori, do período que vai das lutas de emancipação político-administrativa, que aconteceu 1953, até o ano de 1968. Possibilitando desta forma a emergência de uma figura carismática que a partir de sua entrada no cenário do poder local, em 1968, torna-se o mito e líder de um grupo político denominado “boca-preta”.

Quando chegou a Santa Cruz do Capibaribe, por volta de 1940, para ser pároco, a cidade estava traçando um debate em torno de ações de líderes que queriam ver e torná-la emancipada político-administrativa.

Neste cenário, a Igreja Católica estava passando por um movimento chamado de Restauração Católica, que estava baseado nas idéias de religiosos de encontrar uma forma de contribuir para tentar, a partir da intervenção política, atingir setores que estavam passando por problemas que afetavam a sociedade, a política partidária, a economia, a valorização cultural, a formação da nacionalidade e as questões religiosas que geravam disputas entre várias tendências do pensamento político. Sobre isso, Moura, em sua dissertação, destaca sobre o movimento:

Ações político-religiosas que seguiam estruturas nacionais, advindas da Capital Federal, com a liderança de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra e vários pensadores que reconheciam no catolicismo a solução para as crises vivenciadas no Brasil (MOURA, 2010, p.16).

A partir da indicação acima podemos destacar que Zuzinha emergiu enquanto padre deste cenário religioso e político, onde a Igreja Católica tentava

recuperar e interferir no campo político que foi se perdendo com o estabelecimento de um Estado laico com chegada da República. Levando em consideração que nosso trabalho possibilita pensarmos análises sobre esta figura, podemos destacar que a cidade estava se emergindo para se tornar emancipada durante a sua chegada como sacerdote, tornando-se ideal agregar a figura do padre, que era dotado de características particulares.

Tais características são destacadas com frequência quando se fala do padre, a exemplo da publicação Especial do *Jornal Página Livre* de Fevereiro de 2004: “Como sempre foi muito querido pelo povo, sobretudo, pelos mais humildes, com quem tinha um relacionamento mais direto, doando e servindo aos pobres, aos necessitados.” Este poderia, a partir do pensamento da Igreja Católica à época, configurar-se como um líder, além de religioso, político, com características que pudessem, a partir de suas realizações, interferir para as ações que estavam sendo feitas sobre a liderança nacional de Dom Sebastião Leme.

Isso fica mais evidente quando analisamos a edição especial do *Jornal Capibaribe* de 1983, ano da morte do Padre, onde o autor Lindolfo Pereira de Lisboa relata, ao traçar a biografia do Padre Zuzinha, que “(...) por fim em 1946, vem definitivamente Zuzinha para Santa Cruz, paróquia criada por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, na época Bispo de Olinda e Recife.” O Bispo foi o responsável pelas ações político-religiosas do movimento de Restauração Católica e que tinha como base a atuação da Igreja junto a atividade política, no qual foi pensada para atuar na retomada do poder da Igreja Católica na política nacional, combatendo, desta forma, o protestantismo, espiritismo, liberalismo e, principalmente, o comunismo. Entende-se que o Padre foi incluído neste cenário de forma pensada e articulada, pois, sua vinda se deu exatamente no período que Santa Cruz passava a ser cenário importante na conjuntura de Pernambuco, devido a sua emancipação político-administrativa.

Segundo Lisboa (1990), o primeiro movimento de luta pela emancipação aconteceu em 1929, e, segundo o autor, se deu pela força de Raimundo Francelino Aragão, quando ainda tinha 18 anos. Contudo, levamos em consideração que esse fala se dá a partir de uma escrita feita através de uma

biografia de exaltação, na qual o autor citado, inclusive pensando a partir de seu lugar social, sempre representava Raimundo Aragão em solenidades.

Compreendemos que, a partir da escrita de Lisboa, o maior expoente da “independência” de Santa Cruz foi Raimundo Aragão e isto ainda é colocado dentro da historiografia do município. De acordo com Schwartzberg (1977), tal apologia é explicada: “O ‘fundador’, tão presente no Terceiro Mundo descolonizado, para estabelecer o novo Estado após a independência” (p. 21).

O enredo, que possibilitou, entre outras coisas, que Raimundo Aragão fosse esse “fundador” se deu em virtude do mesmo ter sido o primeiro prefeito eleito em 1955, e ter conseguido, junto com seu grupo, comandar a cidade por 13 anos, o que facilitaria a construção de uma memória de que este foi o grande responsável por tal feito.

Embora aqui não seja negada a importância de Raimundo Aragão, é importante destacar que foram várias as movimentações políticas em torno desta emancipação, ora com ele, outrora sem ele, mas nunca como único “bem feitor da independência”. Estes líderes da emancipação viam neste momento um espaço para que a cidade fosse cenário para as suas encenações de poder, emergida com a nova cidade. Na biografia de Raimundo Aragão escrita por Lisboa, existem vários registros e fontes do período anterior a emancipação. Dentre elas uma de 1938, enviada ao Interventor Federal no Estado de Pernambuco⁹, assinada por aproximadamente 70 pessoas reivindicando a emancipação da cidade. Outro memorial de 1943, foi enviado para o mesmo interventor e pleiteava a criação do município, este assinado por aproximadamente 300 pessoas. Ainda no mesmo ano, José Sinésio Aragão escreveu carta ao presidente da Comissão de Divisão Administrativa e Territorial do Estado. Outra solicitação foi feita em 1943, desta vez por Antônio Alves Aragão, endereçada ao mesmo Interventor Federal aqui mencionado.

Sendo assim, tal feito não pode ser atribuído apenas a figura de Raimundo Aragão, pois, vários foram os personagens neste enredo que se consolidou no segundo governo de Getúlio Vargas, o qual tinha como uma de suas principais ações o acelerado processo de industrialização do país. Essas ações provocaram ondas migratórias do campo para a cidade e fazendo com

⁹ Interventor Federal: denominação do Governador nomeado por Getúlio Vargas.

que novas cidades fossem criadas, a exemplo de Santa Cruz do Capibaribe em 1953.

1.3 Contextualizando o Poder Local: “Cabecinha” versus “Boca-preta”

Por se envolver numa trama municipal, o trabalho ora apresentado é inserido em uma pesquisa realizada pelo viés da história local. E refletir sobre isto, no momento atual da produção historiográfica, faz com que historiadores, que enveredam por essa prática, construam narrativas endereçadas ao campo da cultura política, bem como no sentido de compreender a ação social como resultado de uma constante negociação, resistência, escolhas e transgressões.

Trazendo as contribuições teóricas de Reznik (2002) que faz uma discussão sobre história local, destacamos a importância de não fazer generalizações deste tema, destacando duas tendências nos estudos históricos sobre a idéia de localidade. A primeira diz respeito à abordagem do tema local como algo generalizado de História do Brasil:

Na falta de informações relevantes sobre a região estudada, isto é, na falta de fontes documentais que permitam a reconstrução de experiências passadas, buscou-se suprir estes “silêncios” a partir de contextos maiores: a História do Brasil. Desvia-se o problema através de comparações hipotéticas do que tenha acontecido no local, com fatos generalizadores da História do Brasil (REZNIK, 2002, p.02).

Ou seja, existe uma generalização do local, pensado como se este fosse determinado, seguido sequencialmente os fatos acontecidos no plano nacional.

A segunda diz respeito à tendência de se colocar os acontecimentos e fatos locais como se fossem de um ufanismo desnecessário, onde tudo aconteceu como primeiro, bom e importante naquele dado local. Isso se torna comum, como se ali fosse o centro de todas as ações para que de alguma forma chame a atenção no plano da historiografia nacional, querendo fazer parte deste todo.

Outra questão que Reznik coloca é o equívoco de se querer opor o local ao nacional, então:

Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens, os constrangimentos

e as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. Sendo assim o exercício historiográfico incide na descrição dos mecanismos de apropriação – adaptação, resposta e criação – às normas que ultrapassam as comunidades locais (REZNIK, 2002, p.03).

Desta forma, nem escreveremos nossa escrita da história local como determinada pelo fator nacional, nem como se este fosse o primeiro local a ter dramatizações políticas como os fenômenos dos grupos “bocas-pretas” e “cabecinhas”. Também não destacaremos a figura de um Padre como constituidor de uma possibilidade de cultura política que se foi formando com as ações, tramas e encenações abordadas mais adiante neste trabalho. Ainda menos fazendo oposição do local com o nacional. Por isso, sempre que possível, serão feitas abordagens locais fazendo leituras, também, das questões nacionais para que nossa contextualização local possa ser melhor compreendida.

No período que vai da emancipação político-administrativo, em 1953, à chegada de Padre Zuzinha à prefeitura, em 1968, Raimundo Aragão que exerce dois mandatos de prefeito, nos períodos de 1955 a 1959 e de 1963 a 1968, figura que já tinha sido destaque nas lutas emancipatórias, passa a ser destaque também no cenário do poder local.

Essa localização temporal se aproxima com as práticas populistas¹⁰, as quais davam o tom da política nacional no período que se iniciou na Era Vargas. Com a “queda” de Vargas em 1945, o “populismo” se estabeleceu com mais vigor durante todo o período democrático até 1964, anos estes que se cristalizaram na historiografia brasileira como “democracia populista”. Railane Araújo destaca que:

As práticas de poder adotado em meio a esse recorte temporal, graças ao sistema democrático instalado, estavam configuradas em uma incessante retórica de identificação dos políticos com a grande maioria da população, sobretudo a votante, visto que o voto era o caminho para a efetivação do poder constitucional. O estigma de ser representado como um político popular passava a ser buscado pela maioria dos candidatos. (...) O presidente Juscelino Kubitschek, por exemplo, eleito nas eleições de 1955, aderiu ao apelo maciço de um projeto de desenvolvimento econômico e ampliação das riquezas

¹⁰ Sobre a discussão das práticas características do populismo ver WEFFORT (2003) e FERREIRA (2001).

nacionais, utilizando o favorecimento do povo brasileiro, no sentido de nação, como pretexto para tal empreendimento (ARAÚJO, 2009, p.57).

Em um período em que o país aspirava acompanhar a onda populista que imperava no Brasil e a política desenvolvimentista adotada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1960), o desenvolvimentismo teve uma grande influência na história política do país. Tal preceito não se mostrou apenas como poderoso instrumento dos interesses industriais modernos contra os agrários tradicionais, mas influenciou durante muito tempo grande parte das análises sobre a sociedade brasileira, em um período em que as novas configurações locais estavam se estabelecendo e sendo “inventadas” ainda repletas de ações que marcaram historicamente as relações políticas e sociais do Brasil.

Paralelamente à política de incentivos à industrialização dos governos nacionais deste período, as gestões de Raimundo Aragão, em especial a primeira, voltaram-se para os investimentos em infra-estrutura considerados vitais para o projeto desenvolvimentista vigente. Suas linhas de ações foram: construções de escolas, compras de terras para serem doadas a população, construção de cemitérios, eletrificações, construções de barragens e sistemas de distribuição de água, pontes, entre outras (LISBOA, 1990). Portanto, ações que lhe fizeram ser popular e, conseqüentemente, angariar apoios aos seus projetos políticos através dos partidos políticos aos quais pertenceu como podemos ver adiante.

Durante sua vida política, Raimundo Aragão pertenceu a vários partidos políticos, Primeiramente, fez parte da UDN (União Democrática Nacional); depois, passou as fileiras do PSD (Partido Social Democrático); e em virtude a revolução de 1964, os partidos foram extintos, criando-se, em seguida, dois únicos partidos: A Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Raimundo Aragão, naturalmente, ficou na Arena (LISBOA, 1990, p. 117).

Após terem sido totalmente proibidos durante o Estado Novo (1937-1945), os partidos políticos ocupam o cenário nacional a partir de 1945. A vida política brasileira entre 1945 e 1964, foi polarizada principalmente entre os partidos getulistas (PSD, PTB) e o principal partido antigetulista (a UDN). O Partido Social Democrático (PSD) abrigava as correntes mais conservadoras do getulismo, formado por proprietários rurais e por altos funcionários estatais,

enquanto o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) reunia as lideranças sindicais e os quadros advindos do Ministério do Trabalho do governo de Getúlio Vargas. A União Democrática Nacional (UDN), liberal e antipopulista, mantinham ligações estreitas com o empresariado e com a classe média urbana. Com o golpe militar de 1964, foi decretado a extinção dos partidos vigentes, e somente era permitida a existência de duas associações políticas nacionais. Criou-se então a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), base de sustentação civil do regime militar, formada pela extinta UDN e alguns egressos do PSD, e o Movimento Democrático Nacional (MDB), que tinha a função de fazer uma oposição "bem-comportada", que fosse tolerável ao regime, porém, abrigando os militantes de oposição, assim colaborando para a encenação da existência de uma democracia no Brasil.¹¹

Para tanto, para se disputar uma eleição no Brasil é necessário, de forma institucionalizada, que o sujeito estivesse filiado a um partido político. Na legislação eleitoral, essa premissa levava em consideração o fato de que o candidato representava um projeto político e para isso filiava-se a determinado partido político com o qual ele se identificavam e em seguida colocava seu nome à disposição para a escolha popular.

Embora as disputas eleitorais acontecessem de forma institucionalizada, tanto em Santa Cruz do Capibaribe quanto em outras cidades do Nordeste, era importante que todos os que pretendessem postular um cargo eletivo estivessem ligados a algum dos grupos políticos existentes, a exemplo dos “cabecinhas”¹² e “bocas-pretas”¹³, independente de qual partido esteja filiado no conjunto nacional. Tal ligação a um determinado grupo era também importante para a população no momento de suas escolhas. Neste caso, o que mais importa para o cenário político local são as representações que são colocadas ou aceitas no conjunto da disputa pelo poder, assim como destaca Chartier (1991): “(...) estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade” (p.12).

¹¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

¹² A nível nacional o grupo denominado “Cabecinha” estavam vinculados aos quadros UDN, PSD, ARENA e mais tarde ao PMDB e PSB.

¹³ O grupo “Boca-preta” estava vinculado a nível nacional com a ARENA, PDS e mais tarde ao PFL.

Raimundo Aragão, por ter uma cabeça considerada grande foi apelidado de cabeção. Logo o seu grupo político ficou conhecido como “cabecinhas”, pois esta seria uma maneira mais amena e carinhosa de ser chamado por seus partidários. O grupo governou a cidade por 14 anos, sendo derrotado pelo Padre Zuzinha, que se tornara líder do grupo de oposição. O grupo de opositores recebia o nome de “boca-preta”, pois, na Rua Grande, hoje Avenida Padre Zuzinha, existia um cachorro que era agressivo e sempre avançava nas pessoas. Na época a oposição era aguerrida, lutava, debatia e tinham um tom agressivo em suas ações e falas, desta forma, em referencia ao tido cachorro, ficaram conhecidos como o grupo dos “bocas-pretas”, e governaram a cidade por 24 anos interruptos.

A questão dos “cabecinhas” e “bocas-pretas” no cenário do poder local é um campo privilegiado para a análise dos imbricados processos de sedimentação das identidades sociais e políticas, em particular dos sentimentos de pertencimento e dos vínculos afetivos que agregam homens, mulheres e crianças na partilha de valores comuns, no gosto de se sentir ligado a um grupo, e neste cenário entra a figura de Padre Zuzinha.

1.4 Carisma na Construção do Poder Local: Entra em Cena Padre Zuzinha

Embora não haja pretensão de construir uma biografia, é importante destacar quais aspectos teórico-metodológicos envolvendo a biografia podem ser levados em consideração, apesar de esta ter sido considerada um gênero mínimo na produção historiográfica e, portanto, alvejado de, críticas feitas, sobretudo, pela Escola dos Annales e pelo marxismo, assim como também a uma história política tradicional voltada para os grandes acontecimentos da história e para a reprodução da vida dos ditos “grandes homens e grandes heróis”. Este pensamento crítico se modifica a partir dos anos 70-80 com a idéia do retorno da história política, a chamada “nova história política”, que “(...) traz a renovação no sentido de novos objetos e abordagens da história política, dentre as quais assume relevo a discussão do papel do indivíduo na história, ou seja, a relação entre sujeito e sociedade” (CITTADINO, 2007, p.02).

Assim, para analisar-se a trajetória política de Padre Zuzinha, tornou-se indispensável entender o homem José Pereira de Assunção, suas raízes sócio-

históricas e seus vínculos familiares, sua trajetória profissional e política, aspectos do seu temperamento, bem como a discutível herança política por ele deixada; aspectos biográficos que permitem avaliar a complexidade e possíveis ambiguidades do indivíduo; entende-se que “(...) uma vida só pode ser compreendida pela análise do entorno: os desvios e singularidades só fazem sentido, analisados à luz do processo histórico” (CAVALCANTE NETO, 2009, p.03).

Filho de católicos, José Pereira de Assunção nasceu no dia 7 de abril de 1905, no Sítio Várzea Grande, município de Taquaritinga do Norte, onde sua infância é representada como sendo um menino bom e carismático. Na biografia escrita por Lisboa isso é mostrado quando:

Certa vez D. Maria José, mãe de Zuzinha, mandou o filho comprar pão para o café da manhã. O menino voltou a casa sem pão e sem o dinheiro que levava. Na rua, uma pobre mulher lhe pediu esmola. (...) Zuzinha deu o seu dinheiro que levava a padaria para os pães do café. Voltou sem nada (LISBOA, 2003, p. 28).

Observamos como esta escrita biográfica procura perceber que desde criança esta figura tinha carisma, sendo observado através de seus atos e ações. Embora entendamos que é preciso fazer uma análise mais aprofundada sobre isto, tendo em vista que o autor da biografia tenta a todo o momento mostrar o Padre como herói benevolente. O lugar social do autor contribui para isto, devido a intencionalidade de escrever algo neste sentido, pois, o autor foi: o 1º presidente do Mobral, trazido por Padre Zuzinha quando era prefeito; professor da Escola “31 de Março”, também criada por Padre Zuzinha, que mais tarde receberia seu nome. Portanto, percebe-se a ligação direta do autor com a figura aqui estudada.

Aos 16 anos de idade José Pereira de Assunção foi para o seminário para que ali pudesse “servir a Deus”. Tornando-se padre, passou por algumas paróquias até chegar à Santa Cruz do Capibaribe. Como destacamos anteriormente, sua chegada foi pensada e articulada, com o intuito de que fosse um líder religioso que atendesse às ações das encenações que se passavam em torno desse cenário: a vila que se tornaria cidade.

Não somos ingênuos a ponto de considerar que a estrutura do contexto determina a vida do indivíduo e que há no entorno do biografado a sociedade que o regula, uma vez que entendemos que o indivíduo também atua em meio a esse contexto, ressignificando-o (CAVALCANTE NETO, 2009, p.04).

Com essa observação entramos na arena que possibilitou que o Padre se tornasse o líder carismático que emergiu na cidade. Por isso, entendemos que ele influenciou nas estruturas do contexto desta cidade, bem como foi sendo moldado pela sua entrada na cena política, pois: “Ao observamos o contexto social em que o biografado atual é possível identificar os valores e os costumes dos vários grupos sociais e ainda a organização deles na sociedade, e assim considerando as ações coletivas” (CAVALCANTE NETO, 2009, p.04).

Padre Zuzinha sempre atuou no cenário da cidade através do contexto social que permeava a vida da população, a exemplo de sua atuação na Sociedade Esportiva Ypiranga Futebol Clube. Sobre isto, Marcondes Moreno destaca:

Comparecia aos jogos e era figura de destaque na sociedade local. Homem simples e do povo, Padre Zuzinha contribuiu muito com o time, sendo um dos que lutaram para o crescimento da sociedade esportiva Ypiranga (SILVA, 2009, p.18).

Logo que chegou à cidade, na década de 40, foi nomeado o primeiro presidente do clube e, em 1979, recebeu da Diretoria do Clube a Medalha de Honra ao Mérito no grau de Grande Benemérito, pois, sempre estava em volta das movimentações sociais, culturais e desportivos da cidade. Lisboa, na biografia sobre Padre Zuzinha, faz um questionamento interessante: “Por que um clube de futebol elegeria um padre para sua presidência? Por que um clube de futebol concederia a um padre a Medalha de Benemérito?” Para Lisboa isso se deu devido ao Padre ter doado terras da Igreja para a construção do campo.

Por outro lado entendemos que o Padre Zuzinha sempre queria, intencionalmente ou não, estar no centro das coisas e isto favorecia para se tornar o líder carismático que foi. Pode-se compreender esta situação, a partir das reflexões de Geertz (2008): “O carismático não é necessariamente dono de algum atrativo especialmente popular, nem de alguma loucura inventiva; mas está bem próximo dos centros das coisas” (p.184).

Esta questão é importante para compreender que o carisma é construído a partir do simbolismo do poder através dos sinais de envolvimento com os centros que dão vida a sociedade, como as igrejas, as associações, os sindicatos, os clubes, as fundações, escolas que com suas cenas, rituais e cerimônias dão o tom do centro do poder.

Além de ser presidente do Sociedade Esportiva Ypiranga Futebol Clube foi presidente da Sociedade Musical Novo Século que congrega os artistas musicais da cidade e que atrai várias ações no cenário local. Isto reforça o que dissemos acima, onde o carisma do Padre é construído dentro dos espaços de sociabilidade em que as pessoas se encontram, ou seja, os centros de poder.

Silva (2008) destaca que o carisma do Padre se deu devido a sua solidariedade e foi "(...) moldada de acordo com os interesses e anseios de cada um daqueles que estavam ligados direto ou indiretamente a ele" (p.17). O autor afirma que a questão religiosa foi o principal responsável pela construção desse carisma, pois, a política e a religião estão diretamente ligadas ao poder.

O Padre era uma figura simbólica no município, o emprego verbal de era não é à toa já que sabemos que hoje o padre ainda continua tendo valores, mas não tão simbólica como naquele tempo em que a batina era indumentária necessária na identificação do mesmo nas ruas, coisa que hoje não é mais (SILVA, 2008, p.19).

Concordamos com o autor, pois, a questão do sagrado tem uma influência demasiadamente grande sobre as ações e os anseios dos fiéis, que na época eram predominantemente católicos e toda essa imagem simbólica contribuía decisivamente para que o Padre se tornasse um personagem carismático. Lisboa destaca sua simplicidade e justifica os hábitos do sacerdócio: "(...) sua pompa era só enquanto estava no altar por causa do fausto dos parâmetros sagrados" (LISBOA, 2003, p.46). O Padre exercia no sacerdócio uma posição e um estatuto de significado simbólico onde as suas indumentárias, o púlpito e a igreja em si pudessem ser a "(...) representação que transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão" (CHARTIER, 1991, p.14).

Porém, é preciso destacar que não só o sagrado foi constituinte deste carisma, mas todo o conjunto do centro de poder que estava em volta e com participação efetiva do ator Zuzinha na cena deste enredo. Além das

participações já abordadas, como sua participação no clube e na vida musical da cidade exercendo a presidência do Ypiranga e da Sociedade Musical Novo Século, há a sua presença, mesmo sem ter entrado de fato na arena política, em atos do governo, como na construção do Açude de Machado e do Açude de Cacimba de Baixo¹⁴, que foi construída por Raimundo Aragão. Além destas questões, podemos destacar a partir do *Jornal Capibaribe*:

Padre Zuzinha estava em sua sacristia quando de repente, aparecem-lhe nada menos de uma família de 27 pessoas. O padre jurou tratar-se de um casamento. Qual nada. Eram pessoas que lhe pediam auxílio depois de contar muitas lamúrias. O padre não podendo dar mais, deu quinhentos cruzeiros com que abriu uma lista e mandou-lhe ir pelo comércio. **Armados com o nome do padre**, devem ter conseguido qualquer coisa. Nunca mais foram vistos (Jornal Capibaribe, out. 1983) (Grifos Nosso).

Nesta citação podemos perceber que a população não era mero sujeito passivo no teatro do poder, mas, que também, a partir de suas práticas e representações, a população passa a configurar, assim, na teia do teatro como sujeitos ativos no processo político da cidade.

E lá saíram os pedintes “armados com o nome do padre”. O termo usado pelo jornal é enfático, ao “se armarem com o nome do padre” o acesso a tudo era mais fácil. Como bem podemos notar o ato de caridade era sucedido pelo ato de representação de seu carisma e da relação com o poder local, onde dificilmente alguém lhe negava um pedido. José Pereira de Assunção tornou-se significativo para além do púlpito. A partir de então o poder político foi construído por imagens e representações para classificar e legitimar o líder político local.

¹⁴ Essa presença se deu com a visita do Padre Zuzinha à obra, participando enquanto padre das celebrações nas inaugurações dessas construções.

2 RITOS, RITMOS E IMAGENS: O SIMBOLISMO NO ESPETÁCULO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS

Neste capítulo analisaremos o simbolismo no poder, a partir da apresentação do cenário político de Santa Cruz do Capibaribe, feito no capítulo anterior, onde Padre Zuzinha foi apresentado como uma figura carismática que propiciou a chegada do mesmo ao poder, em 1968.

(...) O carisma que o centro havia inventado (aliás, de forma bastante deliberada) para ela [Elizabeth Tudor], utilizando os símbolos populares da virtude, da fé, e da autoridade, ela levava para o campo, com um talento para a arte de governar bem maior do que aquele de seus ministros que a isto se opunham, fazendo de Londres não só a capital da imaginação política britânica, mas também de seu governo (GEERTZ, 2008, p.193).

A citação de Geertz que destaca o soberano, no caso em análise atribuído a “soberania” a Padre Zuzinha, carrega um tipo de teor sagrado que caracteriza o seu poder real. No entanto, é através dos ritos e imagens, por ele exercidos que seu poder é de fato legitimado perante seus seguidores. Segundo Geertz, a partir da encenação dos valores “(...) da virtude, da fé e da autoridade”, mostrados na citação acima, o ator exerce, “realmente”, o poder político que está assentado no que ele chama de “aura mágica”. Geertz afirma ainda que “Foi a alegoria que lhe deu uma aura mágica, e foi a repetição da alegoria que manteve viva essa mágica” (GEERTZ, 2008, p. 194).

Desta forma, existe uma relação necessária entre o carisma e a encenação dos valores morais de uma sociedade, os quais estão no centro do poder. A boa atuação de um político na encenação de tais valores é responsável pelos significados positivos que alguns sujeitos alcançam em sua sociedade. Geertz afirma que:

É por esse motivo, que mesmo que o tipo de figura carismática que nos interessa seja periférico, efêmero, ou sem base sólida – o mais extremado dos profetas, ou o mais radical dos revolucionários – devemos primeiramente examinar o centro e os símbolos e concepções que nele existem, para que possamos entendê-los e saber exatamente o que eles significam (GEERTZ, 2008, p. 215).

Dizendo isto, e já tendo examinado os “centros” durante o capítulo anterior, percebe-se que desde os seus anos como padre, José Pereira de Assunção usou de forma abundante uma proposta que o apresentava como um líder que dizia congregar os interesses da maioria da população, potencializando esse representativo e fazendo uso excessivo do respaldo popular como elemento de justificativa para suas iniciativas políticas e ações eleitorais.

Neste trabalho não abordaremos as gestões administradas por Padre Zuzinha. Para tanto, analisaremos os pleitos eleitorais de 1968 e 1976, onde ele foi o principal personagem. Propormos uma discussão sobre os desdobramentos das eleições municipais destes períodos, pois “(...) as eleições municipais também mereceriam que alguém se interesse por elas” (RÉMOND, 2003, p.49). Passemos, assim, a examinar algumas das práticas simbólicas que o acompanharam durante estas eleições levando em consideração os ritos de campanha, as formas, as encenações, os gestos, as imagens, os rituais, os símbolos, as festas, as canções, as palavras, os discursos, os vocabulários, as maneiras de vestir-se e de mover-se como expressões de uma cultura política.

Os tópicos aqui apresentados foram organizados pelos tipos de fontes e não pelas campanhas eleitorais, para tanto, no primeiro tópico falaremos sobre a arena que se envolvia este enredo, bem como a ligação política de Padre Zuzinha com o período militar que o Brasil vivia naquela época. No segundo tópico abordaremos as eleições municipais de 1968 e 1976 a partir das músicas, letras e canções que embalaram estes pleitos. Por último utilizamos um folhetim de literatura de cordel para discutir as eleições de 1976.

2.1 A ARENA do Poder

Pensem um pouco sobre o momento vivido no cenário político do Brasil, no período estudado, pois, é tarefa importante para nossa pesquisa, tendo em vista que o contexto histórico é fundamental para compreender determinada época. Neste período o Brasil era governado por militares que estavam no poder central desde 1964. A ditadura decretou vários Atos

Institucionais¹⁵, culminando com o AI – 05 em 1968, que suspendia a Constituição de 1946, a dissolução do Congresso Brasileiro e a supressão de liberdades individuais. Em Pernambuco o governador era Nilo Coelho (1967-1971) que foi eleito de forma indireta, por meio da escolha dos deputados estaduais. É neste ano, 1968, que Padre Zuzinha entra de vez do cenário político local, se candidatando e ganhando para prefeito. Neste contexto o Estado autoritário se torna ainda mais forte, isso foi um dos fatores que contribuiu para as vitórias do Padre Zuzinha, pois como poderemos ver na sequência, ele estava aliado com os partidários do regime militar.

Dentro do cenário político, os atores desenvolvem suas atitudes e tomam decisões em torno de determinado local e conjuntura, tornando-se elementares constituidores de símbolos e imagens ao longo do tempo. Por meio disto, a citação abaixo nos permiti fazer um debate em torno das posições políticas que Padre Zuzinha exercia.

Cabe a nós identificarmos de que lado estava Padre Zuzinha, se levarmos a cabo aquilo que Noberto Bobbio aponta enquanto definição de direita e esquerda podemos dizer que o Padre fazia parte de um grupo de direita no âmbito local, regional e nacional, justamente por observar quem o apoiou e quem ele apoiava. O que nos confunde é justamente a característica dual que ele portava, onde se por um lado estava dentro de um partido que atendia aos interesses das elites dominantes, por outro suas ações contradiziam o meio no qual ele estava inserido (SILVA, 2008, p.25).

Não queremos aqui entrar no campo dos debates teóricos de direita e esquerda, como cita o autor acima, mas é pertinente fazermos uma análise sobre o contexto político em que Padre Zuzinha estava inserido.

Durante o período no qual o Padre foi o ator principal da política de Santa Cruz do Capibaribe, o país estava passando por um momento de regime militar instaurado no ano de 1964, e que se prolongou até 1985. Outro Ato Institucional que nos interessa é o AI – 02, que foi colocado em vigor em 1965, onde o principal ponto era o que tratava de extinguir os partidos políticos existentes e implantou o bipartidarismo, sendo permitido apenas duas agremiações políticas: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que reunia

¹⁵ Decretos emitidos durante os anos pós o golpe militar de 1964 no Brasil. Serviram como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles próprios diversos poderes extra-constitucionais.

aqueles que apoiavam o governo militar e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), formado por opositores ao regime.

Analisando o diploma de posse do Padre Zuzinha, quando foi eleito prefeito em 1976 (ver em anexo), notamos que o mesmo estava aliado às forças do regime militar, pois no local onde é declarado o partido ao qual fazia parte, há a inscrição de que o mesmo era filiado a ARENA. Ainda sobre sua filiação ao partido que apoiava o governo militar, podemos analisar a imagem abaixo, que foi da campanha de 1982¹⁶, e perceber que ele esteve sempre aliado com esse seguimento da política nacional.

Figura nº 1 - Panfleto da campanha eleitoral de 1982.



Fonte: arquivo pessoal de Maria do Socorro da Silva

Fazendo uma leitura da imagem acima podemos perceber o partido ao qual pertenciam o Padre Zuzinha e seus aliados, era o Partido Democrático Social (PDS), que foi fundado em 1980, após o fim do bipartidarismo em voga no regime militar que agregou os remanescentes da ARENA.

¹⁶ Com a Emenda Constitucional nº 08/1977, a eleição de Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores passou a ser realizada simultaneamente em todo o país, na mesma data das eleições gerais para deputados e o mandato passou a ser de seis anos.

A imagem é um panfleto da campanha eleitoral de 1982, onde Augustinho Rufino (em pé, lado direito) disputava o cargo de prefeito, o mesmo foi vereador no período de 1969 a 1973 e vice-prefeito do Padre Zuzinha no período de 1977 a 1982. Em pé, no lado esquerdo da imagem aparece o candidato à vice-prefeito, Braz de Lira, que foi prefeito no período de 1973 a 1976. No centro da imagem está o Padre Zuzinha que era o grande cabo eleitoral destes candidatos.

Neste panfleto é visível o interesse de legitimar o Estado autoritário, pelo qual o Brasil passava. Logo na parte superior da imagem analisada há a presença das fotos de dois personagens que representavam uma sociedade hierarquizada, cuja vida deveria ser conduzida de cima para baixo, onde uma máxima seria estabelecida e deveria ser seguida por todos os demais membros. Porém, entendemos que há uma relação de poder que beneficia ambas as partes. No lado esquerdo do plano superior, a foto refere-se ao ex-governador de Pernambuco Marco Maciel, que governou o estado no período de 1979 a 1982, indicado pelo presidente Geisel (1974-1979) para o cargo biônico¹⁷. Ao lado há a imagem de João Baptista Figueiredo, que com o apoio dos militares que estavam no poder desde 1964, assumiu a presidência em 1979, fechando um ciclo de governos militares que se encerrou em 1985 com o seu governo. Observando isso, é notório que os candidatos e Padre Zuzinha seguiam essa máxima de ordem hierarquizada, onde estavam aliados com esse seguimento.

Por trás do Padre Zuzinha e dos candidatos existem três bandeiras que provavelmente eram da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, do Estado de Pernambuco e do Brasil. Estas representam o sentimento de patriotismo, pensadas com o objetivo de instituir e reforçar na população as condutas cívicas centralizadas por meio do governo federal, formando, assim a idéia de uma unidade, que passava pelo grupo liderado por Padre Zuzinha e pelos representantes da política estadual e nacional.

Sobre isso, é importante destacar a inscrição que se encontra acima dos nomes do Padre Zuzinha e dos candidatos, que a partir das representações de

¹⁷ Cargos biônicos são aqueles cujos titulares foram investidos mediante a ausência de sufrágio universal e cujo parâmetro para escolha era a sanção das autoridades de Brasília nos tempos da Ditadura Militar de 1964.

“amor, sinceridade e trabalho” formaria na população o espírito do patriotismo. Essas representações eram apresentadas como modelo de conduta ideal, seguidas por aqueles que estavam ligados à figura do Padre Zuzinha como homem de “amor, sinceridade e trabalho” e isto só reforçaria sua imagem como exemplo a ser seguido.

Pode-se notar que os nomes dos candidatos a deputados apoiados pelo Padre Zuzinha aparecem na parte de baixo do panfleto, onde se tem os nomes “Dep. Federal 145 José” e “Dep. Estadual 1189 Osvaldo”. O candidato a deputado federal que se apresentava era José Mendonça Bezerra, que ainda ocupa uma cadeira como Deputado Federal e que, segundo Silva (2008), era um dos que mantinha uma relação próxima com o Padre Zuzinha.

Não é difícil perceber que o povo de Santa Cruz na época em estudo tinha na sua grande maioria uma formação precária, seguida da dominação de grupos políticos ligados a grandes coronéis, a exemplo do grupo Mendonça, que utilizou as armas que podia para se manter no poder, desde a figura mística do padre aos meios de comunicação locais (p. 15).

Entendemos que não existiu uma relação de “dominação” do grupo Mendonça com o Padre Zuzinha, mas que isso se dava por meio das relações de poder que eram estabelecidas através das negociações e dos interesses de cada um, pois o Padre Zuzinha também se beneficiou desta relação para se manter no poder.

José Mendonça Bezerra foi eleito Deputado Estadual em 1966, com apoio do governador Paulo Guerra (1964-1967), onde ficou por mais dois mandatos e conseguiu oito mandatos de Deputado Federal. José Mendonça se encontra até hoje no poder através de uma rede que teve seu filho como governador, sobrinhos prefeitos da sua cidade natal, Belo Jardim - PE, e vários outros atores políticos que estão ao seu redor. Conquistou uma carreira política meteórica, tornando-se a principal liderança do Agreste de Pernambuco. De perfil conservador, sempre ficou ao lado do regime militar. Sobre José Mendonça, Adilson Filho (2002) destaca que.

A força do clã dos Mendonça resulta, portanto, da apropriação de um significativo capital social, isto é, das conexões sociais, as redes de amizades, parentesco que matem com os correligionários, mediante influência e **troca de favores** (p.88) (Grifos nosso).

Tanto José Mendonça, quanto Osvaldo Rabelo sempre estiveram vinculados aos quadros da ARENA e depois do PSD e, talvez, por isso tenha adotado uma linha mais autoritária. Isto também pode ser atribuído ao Padre Zuzinha que estava em sintonia com as aspirações do planejamento local estabelecido pelos governos militares. Para tanto, Padre Zuzinha se beneficiou desta relação de “troca de favores” para que pudesse ter sucessivas vitórias junto ao seu grupo.

Em entrevista ao Programa “Memória Política”, da Rádio Comunidade FM, exibido em 2008, Clóvis Pacas, um dos principais articuladores da eleição de Padre Zuzinha em 1968, afirmou que “(...) depois houve o que nós chamamos, você sabe, houve nesse período a Revolução de 64, para o candidato da situação era mais difícil, pois eram contra a Revolução” (Arquivo da Rádio Comunidade FM). Portanto, percebemos que o Padre Zuzinha apoiava e teve o apoio daqueles que defendiam o Regime Militar e isso contribuiu para que o Padre entrasse na ARENA do cenário da política local.

2.2 “Quem é que vai ganhar? É o Padre”: Embalos das Campanhas Eleitorais de 1968 e 1976

A primeira disputa político-eleitoral do Padre Zuzinha aconteceu em 1968, contra o candidato indicado pelo então prefeito Raimundo Aragão, que detinha grande popularidade, pois havia sido prefeito por dois mandatos¹⁸, fez um sucessor¹⁹, além de ter sido considerado o grande responsável pela emancipação política da cidade, como vimos no capítulo anterior. Acreditando estar com um nível de aprovação e popularidade altas e acostumado a conquistar o poder local por meio dos pleitos eleitorais, o prefeito Raimundo Aragão acreditou que faria o sucessor mediante o seu apoio, mesmo que o escolhido não fosse um político já conceituado. O nome lançado foi Gaudêncio Feitosa, homem do campo e pouco entendedor de política, mas que gozava da confiança de Raimundo Aragão, fator que importava naquele momento. Em entrevista concedida ao Programa Memória Política, da Rádio Comunidade

¹⁸ Foi prefeito de 1955 a 1959 e de 1963 a 1968

¹⁹ Pedro da Silva Neves. Foi prefeito do período de 1959 a 1963

FM, de Santa Cruz do Capibaribe, exibido em 2008, Gaudêncio Feitosa relata como se deu sua escolha para candidato a prefeito:

Raimundo Aragão tinha grande consideração por mim, e me disse que queria que eu fosse o candidato dele. Raimundo me disse: olhe quando vierem lhe perguntar você diga que o povo é quem vai decidir. Conversando com o povo, terminou eu saindo como candidato. Eu não tinha, assim, esse pensamento, ser candidato, mas você sabe, o eleitorado vai movimentado, os amigos vão falando e a gente vai chegando a vontade de entrar (Arquivo do Programa Memória Política da Rádio Comunidade FM).

Por outro lado, a oposição clamava por uma vitória, pois nunca tinha ganhado uma eleição. Naquela época o grupo opositor já era denominado “boca-preta” e se articulava para a escolha de um nome a altura de Raimundo Aragão e o principal critério para esta escolha deveria ser o carisma que o candidato deveria ter. Incontestavelmente, Padre Zuzinha seria um grande nome, pois ele tinha o carisma necessário para disputar com o indicado de Raimundo Aragão. O candidato a vice-prefeito escolhido pela oposição foi Joãozinho Coletor, que era um homem simples, que somava popularidade ao carisma de Padre Zuzinha. Escolhidos os atores, a composição da chapa estava pronta e o nome do Padre Zuzinha estava no meio do povo através de uma famosa música que tomava conta das ruas da cidade:

Quem é que vai ganhar?

É o Padre

Quem vai nos ajudar?

É o Padre

Quem vai ser nosso prefeito?

É o Padre

Coitado do Gaudêncio

Queria ser eleito

Apoiado por Raimundo

Mas isso não tem jeito

Vamos eleitores derrubar a panelinha

Com Joãozinho Coletor e o Padre Zuzinha

(Música de campanha para prefeito, em 1968. Autor desconhecido)

(Grifos nosso).

Pensando a música como marca da expressão de nossos hábitos, valores, modos de vida, maneira de ser, de agir e de pensar, notamos que a figura de Padre Zuzinha passou a ser personagem central na campanha eleitoral. Tomando a música para compreender a exaltação feita ao Padre

nesta eleição, na intenção de atribuir um valor simbólico. Acerca disso, Pereira discorre:

A música, repleta de valores simbólicos, atua sobre os indivíduos, dialogando com seus conceitos, comportamentos; provocando reações inconscientes para atitudes passivas, rebeldes; configurando-se como uma 'terra de ninguém ideológica' (PEREIRA, 1998, p.12).

Pensando a música como um elemento fruto de prática social, vemos que na citada letra, que estava difundida naquela sociedade, algumas questões foram levantadas e estrategicamente pensadas com um jogo de palavras. No primeiro momento foram utilizadas descrições para elogiar o padre, pois o grupo "boca-preta" almejava uma reação de apoio popular, uma vez que compreendemos, à luz de Balandier (1982), que "(...) as manifestações do poder político não se acomodam bem com a simplicidade", mas que ao contrário, se faz necessário a "(...) grandeza ou a ostentação, a decoração ou o fausto" (p.10) elementos que somados ajudam para o engrandecimento da cena do poder, apresentando e representando com prestígio o sujeito alvo das significações em jogo, dando a idéia de que o padre é "(...) quem vai ganhar, quem vai nos ajudar e ser nosso prefeito".

Por outro lado, a música mostra que o candidato oposto (Gaudêncio Feitosa) faz parte de uma "panelinha", termo estrategicamente introduzido na canção, pois até então o grande vitorioso das campanhas eleitorais era Raimundo Aragão. Junto com seu grupo político, Raimundo Aragão governou Santa Cruz do Capibaribe por 15 anos, formando assim o que os correligionários do Padre Zuzinha chamavam de "panelinha", que deveria ser derrubada com a força dos eleitores. O resultado deste pleito foi a vitória de Padre Zuzinha²⁰, quebrando a liderança do grupo "Cabecinha", que governava o município desde 1955.

Já nas eleições de 1976²¹, na qual Padre Zuzinha disputava seu segundo pleito, a idéia de grandeza e ostentação veio ainda mais forte, pois nesta

²⁰ Em consulta ao TRE/PE (Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco) não foi possível saber a quantidade de votos obtidos no pleito eleitoral.

²¹ Em 1972, o prefeito na época, Padre Zuzinha apoiou Brás de Lira, no qual foi vitorioso com 2868 mil votos contra 2262 do adversário. Dados do TRE/PE (Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco).

eleição o mesmo tinha mostrado que era capaz de exercer um poder político forte, tendo em vista que foi eleito em 1968 e conseguiu fazer o sucessor em 1972. Na música abaixo utilizada no pleito de 1976, nota-se expressões como “votos sobrando o Padre Zuzinha tem” e “só apreendeu a ganhar”.

Já botaram um apelido no Padre
De Fuscão Preto para ver se o atrapalhava
Ao contrário nada disso atrapalhou
E quem falou levou uma sobrada
Meu Deus do céu por que isso com o Padre
Porque o Padre num faz mal a ninguém
Se não tem votos por ai preocupados
Voto sobrando o Padre Zuzinha tem
Boca Preta você é feito de aço
Em Santa Cruz é respeitado
E só apreendeu a ganhar
Boca Preta fale para estes ouvintes
Que depois do dia 15 esta resposta virá
(Paródia de Fuscão Preto, 1976. Autor: Dida de Nan)²² (Grifos nosso).

O apelido que foi atribuído ao Padre Zuzinha de “fusão preto” se deu em virtude do mesmo sempre utilizar batina de cor preta. Outra questão observada na música é a idéia de que o Padre Zuzinha sempre tem ações boas: “Porque o Padre nunca fez mal a ninguém”. O trecho “boca preta é feito de aço” surgiu em virtude de um fato que chamou a atenção de todo o Estado de Pernambuco, que foi a possível tentativa de assassinato do prefeito eleito Padre Zuzinha, em 1968, quando, em uma das idas do Padre Zuzinha a Vila do Pará, distrito de Santa Cruz do Capibaribe, uma mulher chegou a atirar nele, porém não entraremos em mais detalhes neste momento.

Em entrevista ao Programa “Memória Política”, da Rádio Comunidade FM, exibido em 2008, Clóvis Pacas, um dos principais articuladores da eleição de Padre Zuzinha em 1968, afirmou que “no decorrer da campanha política os comentários que se o Padre ganhasse, não empossava, só se fosse com batina de aço, a gente pensava que era ameaça besta” (Arquivo do Programa Memória Política, da Rádio Comunidade FM).

²² Paródia da canção Fuscão Preto de autoria de Jeca Mineiro e Atilio Versutti gravada na década de 1970, fazendo sucesso na voz de vários interpretes. Fez sucesso maior na década de 1980 na voz do cantor Almir Rogério. Dida de Nan é José Raimundo Ramos, foi autor da parodia utilizada nas eleições de 1976, era aliado de Padre Zuzinha e foi vereador no período de 1997 a 2000.

Outra música utilizada nas eleições de 1968 e 1976 de Padre Zuzinha era “Padre Sertanejo”, cantada por Luiz Gonzaga e que retrata a figura específica de um padre, mas sem fazer referências políticas.

Quando o jeep lá em cima apontou
 No arraia do meu sertão
 A moçada lá em baixo gritou
 Chegou o padre, vai ter procissão
 Seu Vigário chegou muito alegre
 Veio do Brejo da Madre de Deus
 Deus lhe pague, seu Vigário
 Estão alegres os filhos seus
 É no **jeep**, é no pé, é no **jegue**
 Não há transporte que o padre não pegue } bis
 Como é o pobre o pobre do padre
 No sertão do meu Nordeste
 Sua roupa é tão surrada
 Algodão é o que ele veste
 Mesmo assim o padre é feliz
 Contando as contas do seu rosário
 Porque o povo sem pagar lhe diz
 Deus lhe pague, seu Vigário.
 (Autor: Pantaleão e Helena Gonzaga, 1964) (Grifos nosso).

Acreditamos que essa música possa ter sido feita para o Padre Zuzinha, pois em 1964 ele era pároco da região e celebrava missas em Brejo da Madre de Deus - PE, localizada vizinha a Santa Cruz do Capibaribe. Outro indício de que essa possa ter sido escrita em referência a ele é que o mesmo se locomovia entre as cidades pelas quais era responsável de fazer as celebrações religiosas por meio de um jeep ou, quando fosse mais próximo, andava de jegue como é descrito na canção acima. Porém, não se tem evidências mais concretas que possam comprovar isso.

2.3 “O Povo Pediu e o Bom Padre Voltou”: A Campanha Eleitoral de 1976²³

Com a entrada de Padre Zuzinha no cenário da política local, seu grupo começou criar elementos de uma cultura política que foi forjada com sua figura. Nas eleições de 1968, o padre saiu vitorioso e quebrou uma hegemonia política de 15 anos de poder centrado nas mãos do grupo “cabecinha”. Nas eleições

²³ 1976: Padre Zuzinha saiu vitorioso do pleito eleitoral com 3.375 votos, de um total de 6.375 votos (Fonte: Diploma de Posse Expedido pelo TRE/PE).

seguintes, em 1972, ele fez seu sucessor e em 1976, voltou ao cenário de disputa eleitoral, pois, “o povo pediu e o bom Padre voltou”.

Com as sucessivas vitórias dos “bocas-pretas” sendo representadas por Padre Zuzinha, podemos pensar que a apresentação deste como candidato e sua auto-representação se fizeram mais eficazes que a do grupo “cabecinha”, representadas por Raimundo Aragão.

Poderíamos especular que as práticas desempenhadas por José Pereira de Assunção, antes de entrar na política eleitoral, especialmente como Padre, foram responsáveis pela eficácia das representações que acarretaram em suas vitórias. Podemos ainda apresentar que “(...) a política toma cor e magia na medida em que manobra representações e se apóia em uma gama de relações simbólicas já existentes e são reconhecidas pela sociedade” (ARAÚJO, 2009, p. 55).

Deste modo, não apenas a ação de Padre Zuzinha foi responsável pelo alcance do tão disputado poder local, mas, sobretudo, o sentido que as enunciações despertavam nos pensamentos e nos corações dos eleitores pela encenação do grupo político “Boca-preta” e todo o enredo que se desenrolou durante o período aqui estudado. Pois, foram os anseios e sensações que contribuíram para tecer a relação de reconhecimento e pertencimento entre a sociedade santa-cruzense, o grupo “Boca-preta” e o candidato Padre Zuzinha.

Contundo, devemos levar em consideração que os populares não eram manipulados nesse processo. Essa cultura política que emergiu a partir da figura do Padre Zuzinha se formava por meio dos interesses de ambos, ou seja, por meio das ações do líder, do grupo político ao qual pertencia e por meio das vantagens e anseios que a população obtinha com os resultados desse teatro de poder.

Por meio desses anseios e sensações, foi possível o Padre Zuzinha se tornar uma figura política identificada com a população santa-cruzense. Ele conseguiu acenar para o povo como alguém capaz de representá-los politicamente, pela incumbência de poder e autoridade que está implícita em toda esta trama política.

Nas eleições de 1976, essa representação popular se tornou ainda mais forte, pois ele já tinha administrado Santa Cruz do Capibaribe entre 1969-1972 e feito seu sucessor em 1972. A utilização do termo “povo” para legitimar suas

ações e fazer com que ele voltasse à prefeitura foi mais um elemento utilizado para autorizá-lo como verdadeiro representante popular. Como podemos ver no folhetim de literatura de cordel intitulado de “O povo pediu e o bom Padre voltou”, que foi utilizado nas eleições de 1976. Vejamos alguns trechos para podermos entender isto.

Ele aceitou o pedido
 Para o **povo** não desgostar
 O **povo** agora é muito mais
 Garantindo ele ganha
 Com todos os santa-cruzenses
 Para ele se empossar

Peço a todos os conterrâneos
 Porque têm boa memória
 Pra dar um voto seguro
 Quando chegar sua hora
 Para eleger nosso Padre
 E dar a ele a vitória

O Padre ganhou uma vez
 Ganhou duas e ganha cem
 Porque é digno de votos
 E ao **povo** ele quer bem
 Que durante sua vida
 Não fez mal a ninguém
 (Autor: João Pereira de Abreu. 1976) (Grifos nossos).

Esse folhetim foi feito no período das eleições de 1976, provavelmente a pedido da coordenação da campanha, pois no início o autor destaca que “Em 22 de agosto / Me chegou a sugestão / Da minha humilde leitura / Fazer essa narração / Pra novo pleito político / Padre José de Assunção”. Nesta literatura de cordel a palavra “povo” é empregada em seu título e nos trechos acima aparece três vezes. Em todo o folhetim sempre se recorre ao “povo”. Sendo assim, podemos pensar que os discursos referentes ao povo se deram de forma a aproximá-lo cada vez mais de Padre Zuzinha.

Nas ações, nas quais estão envolvidas Padre Zuzinha, a palavra “povo” está sempre presente na construção midiática de sua imagem como homem público. Isto é percebido na literatura de cordel que ora analisamos, pois ajudou a mostrar e difundir o modo de produção da imagem de político ligado a este “povo”. Neste sentido Araújo (2009) destaca que “(...) na busca pela aproximação e conquista do povo, são extrapolados os limites racionais do poder, lançando-se mão dos elementos simbólicos de uma sociedade” (p.72).

Neste sentido, as tramas, envolta do líder Padre Zuzinha aconteciam, sobretudo, na concretização de uma figura que se firmava como um autêntico representante do “povo”, compondo, assim, o que Bourdieu, chama de dominação efetiva para uma dominação simbólica, a qual é responsável pela aproximação entre o “dominador”, aqui entendido como o líder, e seus “dominados”, neste caso a sociedade. Bourdieu ainda considera que “(...) os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra” (BOURDIEU, 1989, p.11).

A figura de Padre Zuzinha aumentou sua força no cenário do poder local, ao passo que construiu essa relação de pertencimento à sociedade, uma vez que essa sociedade – público alvo do teatro – se via envolvida na fala do político, tendo suas necessidades atendidas. Assim, foi sendo construído um enredo que relacionava a posição de carisma do Padre Zuzinha com os anseios da sociedade de Santa Cruz do Capibaribe, sobretudo, da camada mais pobre da cidade, pois via nele uma figura que a representava.

3 OS LUGARES DE MEMÓRIA ERGUIDOS APÓS A MORTE DO PADRE ZUZINHA

Neste último capítulo trataremos sobre os “lugares de memória²⁴” que foram erguidos após a morte de Padre Zuzinha, pois com seu falecimento em 1983, vários atributos de simbolismo foram construídos. Exemplo disso é a Rua Dr. Manoel Borba, conhecida como Rua Grande, onde está localizada a Igreja Matriz, os bancos, a prefeitura, a Sociedade Musical Novo, a Câmara de Vereadores, o cemitério e escolas, locais onde ocorrem as principais festas e eventos da cidade, que passou a se chamar Avenida Padre Zuzinha em 1983. No final desta avenida foi construída uma estátua, cuja inauguração, em 1985, equiparou-se a um grande ato político, com a presença de lideranças políticas e religiosas. Sua sepultura foi construída como sendo uma réplica da Igreja Matriz, sendo aberto um portão exclusivo de acesso, onde existem vários elementos que se caracterizam como promessas religiosas feitas ao padre, inclusive, com imagens de “santinhos” de políticos. A escola por ele fundada em 1972, com o nome de “31 de Março”, passou a ser Escola Padre Zuzinha²⁵. O dia de sua morte, 05 de outubro, passou a ser feriado municipal a partir de 1984. No campo social foi criada a Fundação Beneficente Padre Zuzinha em 1986. E para homenagear figuras “ilustres” da sociedade, instituíram uma medalha com seu nome em 2005. A partir dessas considerações é visto que existem indícios, por meio dos “lugares de memórias”, de uma cultura política que foi sendo construída a partir da morte do Padre Zuzinha. Sobre a morte de líderes políticos Balandier (1982) desta que:

O morto como indivíduo desaparece por trás da significação política de sua vida; ele se transforma numa imagem, a de um modelo de inspiração para as gerações futuras (p. 62).

Desse modo, observamos que após o seu falecimento foi criado, por meio dos “lugares de memória”, um capital simbólico que contribuiu para o

²⁴ Sobre este conceito falaremos adiante.

²⁵ Não foi possível identificar o ano de mudança de nome.

fortalecimento de imagens que fazem dele um mito político²⁶ capaz de mobilizar todo um município em torno de sua figura.

Para melhor compreender este último capítulo, vamos utilizar da categoria “lugares memória”, criada pelo historiador francês Pierre Nora, pois consideramos importante essa discussão para mostrar como esses lugares foram sendo construídos para legitimar a memória de uma figura que foi ator principal no cenário da política de Santa Cruz do Capibaribe. Para Nora (1993):

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (p.13).

Longe de ser um produto espontâneo e natural, os “lugares de memória” são uma construção histórica e o interesse em seu estudo vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, são espaços onde a ritualização de uma memória ressuscita a lembrança, fazendo, desta forma, com que se imortalize a vida.

Os “lugares de memória” podem ser determinados por este critério: "(...) só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual" (NORA, 1993, p.21). Esse cuidado de Nora com a ritualização da memória faz com que observemos os desempenhos que os rituais exercem nas sociedades.

3.1 A Morte de Padre Zuzinha e o Nascimento do Mito

No dia 05 de outubro de 1983, morreu Padre Zuzinha, aos 78 anos de idade. Com a morte, foi preparado um cenário rico em adereços, orquestrado pela participação das escolas, do bispo, de padres da região e por políticos aliados e adversários, além do lançamento de jornal com edição especial, tudo isso montado de forma pensada ou não para criar uma atmosfera mítica em

²⁶ Sobre mito político discutiremos adiante por meio de Girardet (1987).

torno de seu nome. Essa encenação foi transcrita pelo *Jornal Capibaribe*, que mostrou que:

Uma multidão calculada em mais de 15 mil pessoas assistiram ao sepultamento no dia 06, às 18:00 horas (...) Habitantes de várias cidades e municípios da zona Agreste (...) vieram dar o último adeus ao querido Padre Zuzinha, protópico da bondade e grande político que foi durante muitos anos. (...) O prefeito Augustinho Rufino de Melo, pertencente ao grupo político do Padre Zuzinha, lamentou o desaparecimento do sacerdote e administrador que foi o Padre. Desde a chegada do corpo à paróquia até o seu sepultamento, houve bastante desmaios (tinha uma ambulância de prontidão para prestar socorros) de pessoas que lamentavam em prantos o desaparecimento do Padre Zuzinha. Uma grande multidão, 21 padres das paróquias das cidades vizinhas, o Bispo Dom Augusto Carvalho e personalidades políticas como José Mendonça, Osvaldo Rabelo, estiveram presentes (Edição especial do *Jornal Capibaribe*, out. 1983).

Neste momento se afloraram os discursos que pretenderam naturalizar este instante em algo transcendental e perene. Porém, não acreditamos que isso é natural ou transcendental, pois a fundação do mito não é mera abstração ou fábula, mas, ao contrário, parte de uma dada “realidade” histórica e por isso constitui-se como representação dos procedimentos desempenhados para a construção deste mito, como destaca Girardet (1987): “Nenhum dos mitos políticos se desenvolve, sem dúvida, no exclusivo plano da fábula, em um universo de pura gratuidade, de transparente abstração, livre de todo contato com a presença das realidades da história” (p.51).

Na imagem que se segue podemos notar a representação que se instituiu no cenário de seu funeral, onde uma multidão, como foi mostrada acima pelo jornal, se aglomerava em torno deste mito.

Figura nº2 - Funeral em frente à Igreja Matriz de Santa Cruz do Capibaribe em 06 de outubro de 1983



Fonte: Professor Arnaldo Viturino

Toda a encenação do funeral se deu de forma teatralizada, como podemos observar na citação e na foto acima, onde houve forte mobilização em torno do funeral. “Seus funerais (...) constituem sua última representação. Teatral, melodramática” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 40). O cortejo fúnebre se concentrou na Rua Dr. Manoel Borba (conhecida Rua Grande), onde em 1983 foi modificada para Avenida Padre Zuzinha²⁷. Na saída do cortejo houve a tradicional missa de corpo presente, um minuto de silêncio e várias paradas do cortejo, entre elas, uma na Câmara Municipal de Vereadores, onde a Vereadora Zilda Barbosa de Moraes Mena²⁸ fez o seguinte discurso:

A morte só nos separou fisicamente, porque vamos ficar unidos pelos vínculos da vida espiritual. Nós vereadores sentimos falta de sua orientação, pois sempre seguimos as suas belas exortações impregnadas de amor, perdão, bondade e justiça. O seu lema político era: trabalho, honestidade e amor, pelo seu povo **e por aqueles que o tinham como adversário**. Jamais deu um não aqueles que o procuravam, isto porque ele sabia que política é compromisso social para o povo. Um até breve, Padre Zuzinha (Edição Especial do Jornal Capibaribe, out. 1983) (Grifo nosso).

²⁷ Adiante falaremos sobre a mudança de nome da rua.

²⁸ Zilda Moraes iniciou sua trajetória política em 1968, quando se filiou a ARENA. Foi secretária da última gestão do Padre Zuzinha (1977-1982). Com o apoio do padre foi eleita vereadora em 1982, conseguindo sucessivamente mais cinco mandatos, permanecendo na Câmara de Vereadores por 25 anos consecutivos, sendo três vezes presidente daquela casa.

Vários discursos foram feitos, pois, como destaca Nora (1993), “(...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar (...) elogios fúnebres” (p.13). Esses elogios fizeram com que existisse uma construção de um regime de “verdade” em torno dessa figura, dando legitimidade a uma visão providencialista na história local, isto é, produziu a idéia de que somente sob seu auspício é que foi possível à cidade proceder no seu destino. Vale destacar, que tais idéias são operadas mediante a exclusão de “lugares de memórias” de outros atores, principalmente do grupo “Cabecinha”, pois se passou a idéia de que até “(...) por aqueles que o tinham como adversário” as coisas eram feitas pelo Padre Zuzinha e sucessivamente pelo seu grupo político. Ou seja, observamos o quanto a memória de um determinado grupo político, os “bocas-pretas”, foi exaltada em detrimento a do grupo opositor, os “cabecinhas”.

3.2 De Carismático à Mito: Padre Zuzinha nos vários “lugares de memória”

A criação de “lugares de memória” envoltos no nome de Padre Zuzinha se fez através de várias manifestações materiais, funcionais e simbólicas. Dentre elas, destacamos as celebrações das missas pela forma como se davam, pois estas enalteciam a figura de Padre Zuzinha. Observamos isto a partir dos atributos destacados no texto do convite para a missa de 30º dia de sua morte:

(...) Era bom, sempre teve a presença de DEUS brilhando ao seu lado. E, do amor de DEUS, vertem fontes de luz que trabalham sem parar. Foi o que fez, trabalhou, amou os seus filhos, e, até mesmo quando ofendido, não perturbou-se, fez silêncio e prece. E, a **maldade que sempre o ameaçava, tinha o perdão ao gesto agressor.**

(...) Foi eterno farol dos sonhos bons para os pobres, humildes e necessitados que jamais o esquecerão.

(...) O FAROL dos sonhos bons, o farol de cujo alto, se hão de poder iluminar todos os seus ‘fiéis amigos’, há de elevar-se até o mais alto dos céus, pedra a pedra, firme e seguramente.

E esse Farol de sonhos bons, é Padre Zuzinha

(Convite de Missa de 30º dia da morte de Padre Zuzinha. 05 de novembro de 1983) (Grifos nosso).

Girardet (1987) faz uma abordagem de como se dá à construção dos mitos políticos. Ele divide a sua abordagem em alguns tipos de mitos, mas destacamos aqui o mito da conspiração e do salvador. O primeiro busca compreender como, em determinados momentos históricos, se tornam próprias as elaborações de tramas conspiratórias com uma finalidade político-social determinada. Sendo assim, no convite acima se percebe que se fala de uma suposta ameaça, que não se deixa explícito quem é exatamente, mas compreendemos que seria o grupo “Cabecinha” que fazia oposição ao grupo ao qual pertencia Padre Zuzinha. Neste caso seria algo ou alguém que o ofendia e que provocava uma “(...) maldade que sempre o ameaçava”, porém o Padre Zuzinha sempre “tinha o perdão ao gesto agressor”. Isso mostra que a idéia maniqueísta está bastante explícita no convite, onde Padre Zuzinha é associado a Deus, “o bom”, o “salvador” que é a segunda forma de mito do qual Girardet aborda.

Assim, o tema do Salvador, do chefe providencial, aparecerá associado a símbolos de purificação: o herói redentor é aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más. Sempre associado também à imagem de luz. (...) Do mesmo modo, o tema da conspiração maléfica sempre se encontrará colocado em referência a uma certa simbólica da mácula (...) (GIRARDET, 1987, p.17).

Padre Zuzinha começou a se tornar mito nos primeiros momentos após sua morte e foi sendo cultuado como tal, anualmente, nas celebrações das missas de aniversário de sua morte, no dias 05 de outubro de cada ano. Por meio de uma variedade de ritos, a sua mitificação é repetida no passar dos anos, com o intuito de legitimação do grupo “Boca-preta” que surgiu na década de 1960. Ainda hoje há quem faça defesa a este mito, porém não existe mais a mesma intensidade de outros tempos.

Além das missas, outras formas de religiosidades e políticas foram praticadas. O *Jornal Capibaribe*²⁹ publicou matéria com o título “Homenagem ao Padre: Av. Padre Zuzinha”, onde relatou que a vereadora Zilda Moraes, através de Projeto de Lei 004/83, queria mudar os nomes das ruas Dr. Manoel

²⁹ O *Jornal Capibaribe* tinha como editor Israel Carvalho que era professor e não tinha nenhuma filiação ou atuação partidária dentro dos grupos políticos do município, mas percebemos que eram publicados matérias com foco editorial centrado no governo da época e na memória de Padre Zuzinha.

Borba e Dr. José Bezerra para Avenida Padre Zuzinha. Ainda no mesmo Projeto de Lei era previsto a mudança do nome de Praça Tiradentes para Praça Padre Zuzinha, onde mais tarde seria construída uma estátua³⁰. Ainda de acordo o citado jornal, o Projeto de Lei foi aprovado pelos aliados do grupo “Boca-preta” que eram maioria, porém houve resistência por parte dos vereadores que faziam parte de grupo “Cabecinha”.

A vereadora Zilda Moraes foi a grande responsável, junto com o prefeito à época, Augustinho Rufino³¹ (1983-1988), de instituir esses “lugares de memória”. Isso sempre feito com a ajuda do *Jornal Capibaribe* que servia, naquele período, como divulgador das ações destes lugares. Sobre isso vejamos:

A cena urbana está cada vez mais aberta às manifestações políticas. Nas sociedades totalitárias, ela é vigorosamente controladora; ela é reservada às comemorações e aos festejos pelos quais o regime regula o seu próprio culto. Nas sociedades pluralistas, é antes a situação inversa que se estabelece. Aí, os poderes têm um acesso privilegiado às mídias, às telas sobre quais se projetam as imagens políticas. A cidade e a rua permanecem nas cenas em que o protesto desdobra suas dramatizações; quando estas têm suficiente amplitude, forçam a entrada das mídias. Toda capital de longa história tem lugares, monumentos, obras e traços que são aos mesmo tempo “memórias” e suportes de poderosos simbolismos (BALANDIER, 1982, p.71).

Com a citação acima podemos perceber como se dão esses “lugares de memória” que, no caso ora estudado, se deu com a contribuição do *Jornal Capibaribe* que circulava nas ruas da cidade “projetando as imagens políticas”.

Ainda sobre a liderança da vereadora Zilda Moraes foi construído um mausoléu, onde foi enterrado o Padre Zuzinha. Esse foi edificado com a ajuda da população, como destaca em matéria intitulada “Um tumulto para Padre Zuzinha”, no *Jornal Capibaribe*.

A **todos os santa-cruzenses** de boa vontade e que privam do íncrito e sempre prateado pe. Zuzinha, comunicamos que estão em

³⁰ Nesta avenida estar localizado a Igreja Matriz, bancos, a prefeitura e a Sociedade Musical Novo Século, e na época a Câmara de Vereadores, cemitério e escolas, locais onde ocorrem as principais festas e eventos da cidade, a exemplo das festas do padroeiro, desfiles cívicos de sete de setembro e carnaval.

³¹ Augustinho Rufino foi vereador no mesmo período da primeira gestão do Padre Zuzinha (1969-1972), foi vice-prefeito do Padre Zuzinha (1977-1982), foi sucessor do padre, sendo prefeito (1983-1988) e deputado estadual por dois mandatos (1991-1994 e 1999-2002).

andamento as obras de um mausoléu para abrigar os restos do morto inovidável. Isto posto, conclamamos a **todos** para contribuírem pecuniariamente para o referido trabalho. Será um gesto de simpática gratidão ao extinto que tudo deu de si para o povo desta comunidade. A encarregada da coleta desses donativos é a Ver. Zilda Morais Mena (Jornal Capibaribe, fev. 1984). (Grifos nossos).

Como podemos notar, havia um grau de sistematização de grande envergadura no tocante à mitificação do padre morto e à elaboração de uma memória oficial. Notamos que a matéria conclama “todos os santa-cruzenses” para contribuírem com a construção do monumento, justamente para que a manutenção do apoio popular em torno da memória de Padre Zuzinha pudesse fortalecer o grupo denominado “boca-preta”. Essa contribuição ajudaria a instituir uma memória de pertencimento a esse grupo. “Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente” (NORA, 1993, p.18). Para tanto, a idéia passada pela vereadora no jornal é a de que esse “lugar de memória” fez com que “todos” os santa-cruzenses se engajassem para a construção do mausoléu apresentado pela imagem abaixo.

Figura 3 - Imagem do mausoléu de Padre Zuzinha atualmente



Fonte: arquivo do autor

Essa imagem representa o mausoléu em memória à Padre Zuzinha que tem o formato da Igreja Matriz da cidade e fica na entrada central do cemitério, e que foi construído com a contribuição da população. Podemos observar que a mesma se trata de uma construção imponente. Esse espaço é visitado constantemente por seus seguidores que são conhecidos como “os romeiros de Padre Zuzinha” que, além de prestar homenagens ao padre, acreditam que o mesmo foi responsável por fazer “milagres” em suas vidas. Lá constatamos vários elementos que caracterizam as promessas religiosas feitas ao Padre Zuzinha, como pequenos adornos de réplicas de mãos e pés de cera de crianças e adultos, fotografias, colares, flores e inclusive com imagens de “santinhos” de políticos. Enfim, existe todo um conjunto de objetos oferecidos como pagamentos às promessas ditas alcançadas através do mito Padre Zuzinha. Este local se constitui como um lugar sagrado, santificando a figura de Padre Zuzinha para legitimar seus sucessores políticos no comando do município³². Os sujeitos adoravam o “altar”, tal qual na igreja, e não foi ocasionalmente que ergueram o local como uma réplica da Igreja Matriz. Ou seja, um “lugar de memória” em que a imaginação se investe de uma aura simbólica, sendo objeto de ritual e de significação simbólica.

Em frente a este local é celebrado anualmente, no dia 05 de outubro, missa de aniversário de sua morte, comemorando-se, assim, o mito. Dia este que se tornou feriado municipal, por meio da lei nº 766/84, de 09 de outubro de 1984, um ano após sua morte, e foi sancionada pelo então prefeito Augustinho Rufino de Melo. Sobre a prática de instituir feriados, Aires (2006) explica que:

(...) A institucionalização de um feriado exemplifica essa busca de controle do tempo pelo Homem, uma vez que se constitui como um momento de suspensão do cotidiano em que se demarca algum evento especial. Há, portanto, uma pausa no ritmo diário do trabalho e da dinâmica do dia-a-dia para a realização das comemorações (p.113).

Os “lugares de memória” instituídos da figura de Padre Zuzinha, como podemos perceber, foram feitos de forma institucionalizadas, onde a comemoração e as celebrações passaram a ser feitas de forma ritualizada, fazendo com que as instituições públicas e privadas deixem de funcionar para

³² O grupo “Boca-preta” permanece no comando do município no período de 1968 até 1994 e retorna ao poder em 1996, perdendo novamente em 2000 e nas eleições seguintes.

que possam cultuar este figura mitificada. Esses rituais remetem, no Brasil, ao período colonial, onde as festas misturavam atributos cívicos e religiosos.³³

Dizendo isto, passemos a analisar as comemorações do aniversário de morte de Padre Zuzinha. De início, é importante buscarmos o projeto de lei que altera o calendário municipal, instituindo o 05 de outubro como feriado municipal. A ação constituinte diz:

Art. 1º - Fica estabelecido como FERIADO MUNICIPAL em todo o território de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco o dia 05 (cinco) de outubro, data em que se registra o falecimento de Padre JOSÉ PEREIRA DE ASSUNÇÃO, conhecido como Padre ZUZINHA, **grande benfeitor** da comunidade santacruzense.

Art. 2º - Fica ainda o Chefe do Poder Executivo Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, obrigado a determinar ao setor competente da Prefeitura local, a fazer as comunicações de praxe, as repartições públicas, entidades de classe, rede bancaria, ao comércio desta cidade, e demais órgãos que se fizerem necessário (Lei Municipal nº766/84) (Grifos nosso).

O texto pensa em obrigar qualquer prefeito a celebrar o feriado, mesmo que futuramente seja um opositor, da mesma forma se dava com a população, que mesmo aqueles que eram opostos as práticas do padre deveriam zelar pela data de sua morte. Essa lei foi proposta pelo prefeito Augustinho Rufino, é mais uma, entre tantas outras, que criavam “lugares de memória” do padre e ex-prefeito morto. Vale destacar que a lei deixa textualmente clara a figura do padre como um líder de adjetivos de bondade, de “grande benfeitor”. Como ocorreria em outros projetos, a exemplo da mudança de nome de avenida e da praça, outros “lugares de memórias” foram instituídos, de preferência a cada 05 de outubro de um novo ano.

Na praça que levou seu nome, por meio do projeto de lei 004/83, como vimos anteriormente, foi erguido um monumento em sua homenagem, em 05 de outubro de 1985 como podemos observar nas imagens abaixo.

³³ Cf. AIRES, 2006, p. 113.

Figura nº 4 - Inauguração da estátua na Praça Padre Zuzinha



Fonte: Arquivo pessoal do professor Edson Tavares

Figura nº 5 – Praça e estátua Padre Zuzinha atualmente



Fonte: arquivo do autor

Ao analisar a imagem acima, vemos, no plano superior da imagem é mostrada de forma imponente a estátua do Padre Zuzinha. Ao centro, aparece o prefeito da época Augustinho Rufino falando no microfone, por trás dele, do

lado direito, está Padre Biachi, o sucessor do Padre Zuzinha na paróquia depois de sua morte. Em 1996, Padre Bianchi foi candidato a prefeito pelo grupo “cabecinha”, porém não foi eleito. Por trás do Padre Biachi se encontra Severino Francelino Aragão (Bilino Aragão), que foi vereador de 1969 a 1972 e de 1983 a 1988. Ao lado direito da imagem, de camisa branca observando o discurso de Augustinho Rufino, está Arnaldo Monteiro que era secretário da prefeitura. Por trás do então prefeito, de óculos, se encontra João Januário Nunes que era o presidente da Câmara de Vereadores nesta época, foi vereador no período de 1977 a 1988 e foi vice-prefeito durante o período de 1989 a 1992. De costas, segurando o microfone, aparece o locutor conhecido por Nelson Gogo de Ouro, que era responsável em divulgar, por meio de um carro de som chamado de “Bocão”, as ações do grupo “Boca-preta” e do governo municipal.

Como dissemos anteriormente que outros “lugares de memórias” foram instituídos, de preferência nos dias 05 de outubro de cada ano, com este não foi diferente. A imagem acima representa a inauguração da estátua fixada na Praça Padre Zuzinha, localizada na avenida que também levou o seu nome. Como é possível perceber na imagem, esse momento foi marcado pela participação de padres, líderes políticos e seguidores do Padre Zuzinha, isso feito sempre entre uma aura religiosa e política, tendo em vista que esse ato aconteceu no dia 05 de outubro de 1985, onde durante todo o dia houveram atos em homenagem ao Padre Zuzinha, pois esse momento deve ser festejado:

(...) por toda parte, do recinto de várias instituições à praça pública. Esta se torna lugar privilegiado para as comemorações cívicas, uma vez que “educa” as pessoas que não freqüentavam as escolas, misturando, num espaço único, uma diversidade de sujeitos: alunos, famílias, autoridades e a população, de um modo geral. Constitui-se um método educacional de vasto alcance e preenche as expectativas dos organizadores das festas (AIRES, 2006, p.126).

Essa praça é freqüentada diariamente pela população local, mas nas comemorações de aniversário de sua morte isso acontece de forma mais articulada e organizada. Na imagem aparece Augustinho Rufino que foi um dos responsáveis pela instituição dos “lugares de memória” do padre como a que ocorreu no ano seguinte com a institucionalização da memória deste mito

através da inauguração, em 05 de outubro de 1986, da sede da Fundação Beneficente Padre Zuzinha,³⁴ que foi instituída em 1984.

Em pesquisa aos arquivos da Câmara de Vereadores percebemos que várias das leis criadas nesta época ofereciam benefício à fundação, como a lei municipal nº 772, de 13 de maio de 1985, que autorizava a prefeitura fazer doação de terreno para a construção de sede da Fundação Beneficente Padre Zuzinha; a lei nº 832 de 25 de janeiro de 1988, que autorizava a doação, por parte da prefeitura, de um bem móvel, ou melhor, a doação de uma ambulância a entidade; e a lei nº 835, de 11 de março de 1988, que considerava de utilidade pública a Fundação Beneficente Padre Zuzinha.

É importante destacar que duas figuras sempre apareciam nestes momentos. Eram o prefeito da época Augustinho Rufino de Melo, que tinha seu nome inscrito nas placas de inauguração de cada um dos “lugares de memória” e a então vereadora Zilda Moraes, que aparecia como autora, presidente da sessão legislativa ou como prefeita em exercício dos atos apresentados em favor da memória de Padre Zuzinha. Isso mostra a construção de imagens e representações para classificar e legitimar os líderes políticos locais e ao passo que cultuava o mito, também, se homenageava os líderes e os governantes da época como seguidores das práticas do líder morto.

A escola fundada no ano de 1972, pelo então prefeito Padre Zuzinha, que levava o nome de “31 de Março”, passou a ser chamada de Escola Padre Zuzinha depois de sua morte. A escola, como discutimos no segundo capítulo, carregava o nome de “31 de Março”, fazendo relação do então prefeito com período militar que se iniciou no Brasil justamente na data que dá nome a escola. Não tivemos acesso as fontes que nos permitissem discorrer melhor sobre essa mudança de nome, mas é importante destacar essa mudança para que possamos perceber que, também na escola foi instituído um “lugar de memória”, pois trata-se de um espaço importante para a disseminação do mito. Essa escola é a maior da cidade, onde reúne vários segmentos da cidade, a exemplo de manifestações políticas, culturais e artísticas.

³⁴ Esta entidade tem fins filantrópicos na área de assistência social e de saúde através da realização de atendimentos médico, da doação de cestas básicas e programas de distribuição gratuita de leite para a comunidade.

Além dos “lugares de memórias” narrados acima, foram se constituído outros: gravação em áudio e vídeo do funeral e do cortejo no dia de seu enterro em 06 de outubro de 1983; literatura de cordel de autoria de José Luiz com o título “A morte de Padre Zuzinha e o desgosto do povo”, sem identificação de data; canção distribuída em forma de livreto de autoria Mariana Paulino Bezerra, com o título “Uma canção de amor e saudade sobre a vida e morte de Padre Zuzinha” esta datada em 1986; música de José Augusto Maia³⁵ com o nome “Tributo a Padre Zuzinha”, escrita no início da década de 1990 (ver letra em anexo).

Para tanto, destacamos que os lugares de memória foram rapidamente instituídos de forma institucionalizadas com as leis que aqui abordamos e de forma a inculcar na memória das pessoas a figura de Padre Zuzinha. Porém, vale destacar que isso aconteceu e acontece para além do período ora estudado, como até os dias atuais, tendo em vista que o culto e a mitificação desta figura ainda vem sendo construída, a exemplo da recente lei 1.529 de 15 de julho de 2005, de autoria da Vereadora Zilda Moraes, que criou a Medalha Padre José Pereira de Assunção – Pe. Zuzinha, para concessão de Títulos Honoríficos no município de Santa Cruz do Capibaribe. Apesar de passados quase 30 anos de sua morte, Padre Zuzinha ainda é construído como uma mitologia política.

O período compreendido entre 1983 a 1986 é percebido como no qual mais marcadamente foram edificados tais “lugares de memória”, sob a orientação da vereadora Zilda Moraes e do então prefeito Augustinho Rufino, que foi eleito um ano antes da morte do Padre Zuzinha. Portanto, notamos que a edificação desta memória se deu com a contribuição do legislativo e do executivo municipal, construindo, desta forma, uma cultura política em torno da figura de Padre Zuzinha.

³⁵ José Augusto Maia foi vereador nos períodos de 1989 a 1992 e 1996 a 2000, vice-prefeito no período de 1993 a 1996, prefeito por dois mandatos no período de 2001 a 2008 e eleito deputado federal em 2010, sempre no grupo opositor aos “bocas-pretas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi possível discutir, no primeiro capítulo, como se deu a chegada do Padre Zuzinha ao cenário de Santa Cruz do Capibaribe, fazendo desta forma uma reconstrução historiográfica deste local. Pudemos notar que sua vinda pra este município se deu de forma pensada e articulada, pois, sua vinda ocorreu exatamente no período que Santa Cruz passava a ser cenário importante na conjuntura de Pernambuco, devido a sua emancipação político-administrativa ocorrida em 1953. Ainda no primeiro capítulo, utilizando o conceito de carisma de Geertz, mostramos que Padre Zuzinha se tornou uma figura carismática a partir do momento que se inseriu no centro dos acontecimentos do município.

O simbolismo do poder foi visto no segundo capítulo, onde analisamos as tramas políticas que se deram em torno dos pleitos eleitorais de 1968 e 1976. Foi possível apresentar o Padre Zuzinha como uma figura que estava aliada com os governos militares do período iniciado em 1964, sempre filiado aos quadros da ARENA e do PSD, partidos que davam sustentação ao regime militar. No cenário da política local, o grupo que comandava a cidade por 14 anos eram os “cabecinhas”, porém com a entrada do Padre Zuzinha na arena do poder isso se modifica fazendo com que o grupo “Boca-preta” conseguisse chegar ao governo por meio dele, conquistando desta forma, sucessivas vitórias, pois o grupo “Boca-preta” governou a cidade por 24 anos. Isso mostra que a partir dos símbolos, imagens, gestos e encenações foi sendo construída uma cultura política que emergiu sobre a liderança deste grupo. Entendemos que essa cultura política que foi e vem sendo forjada a partir da vida do Padre Zuzinha, e mais ainda depois de sua morte, pode ser caracterizada por um poder político exercido por um grupo ou por determinado sujeito construtor e reconstrutor de imagens. Tal fato possibilita o pensamento a partir da construção de um mito carismático imbuído de um conjunto de símbolos de poder.

Com a morte de Padre Zuzinha em 1983 foram construídos vários “lugares de memória”, como foram mostrados no último capítulo deste trabalho. Isto propiciou a consolidação de um mito político que emergiu a partir de 1968.

Os vários “lugares de memória” foram instituídos com maior intensidade durante os períodos de 1983 a 1986 orquestrados de forma institucional. Os maiores responsáveis por essa institucionalização foram a vereadora Zilda Moraes, por meio da criação de leis em favor dessa memória, e por meio do prefeito na época Augustinho Rufino, que era encarregado de executar, por meio da prefeitura, a consolidação desses “lugares de memória”. Isso sempre era feito através da divulgação das ações deste no *Jornal Capibaribe* que sempre trazia matérias que serviam também como promovedores desta memória.

A figura, a imagem, as ações, o carisma e a memória do Padre Zuzinha não deixam de ser um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organizar tanto ações da população, quanto as ações dele e do grupo ao qual fez parte. Esses sentidos são construídos, em grande parte, pelas imagens e símbolos que são socializados, através de inúmeros mecanismos de produção e difusão, através das mais variadas memórias e histórias, enfim, discursos, sobre o ser pertencente ao grupo “Boca-preta”, sua história, seus gostos e seus comportamentos.

Porém, devemos destacar que a população não era mero sujeito passivo no teatro do poder, mas, que também, a partir de suas práticas e representações, a população passava a configurar, assim, na teia do teatro como sujeitos ativos no processo político da cidade.

Algumas questões ficaram abertas e podem servir como base para novas pesquisas sobre esse objeto. Entre elas, destacamos a questão das administrações exercidas pelo Padre Zuzinha, pois não demos conta sobre esse período por enfocarmos sobre os pleitos eleitorais e os “lugares de memória”. Outro questionamento que fica aberto está acerca dos lugares sociais e como foi montado um cenário político que beneficiou aqueles que foram responsáveis em constituir os “lugares de memória”.

Portanto, fica a sugestão para que novas pesquisas possam ser construídas por meio deste objeto, que deixou muitos campos abertos a serem explorados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADILSON FILHO, José. A oligarquia dos Mendonça. In: **A cidade atravessada: velhos e novos cenários da política belo-jardinense (1969 – 2000)** Recife, 2002. Dissertação (Mestrado) – UFPE/CFCH

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando Tradições, Construindo Memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba.** João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado) – UFPB/ CCHLA.

ARAÚJO, Júlio Ferreira. **História de Santa Cruz do Capibaribe.** 2ª. ed. Santa Cruz do Capibaribe. 2008.

ARAÚJO, Railane Martins de. **O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba: imprensa, imaginário e representações (1958-65)** João Pessoa, 2009. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena.** Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília, Editora Universitária de Brasília, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel / Editora Bertrand Brasil, 1989.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação In: **Estudos avançados**, vol.5 nº. 11. São Paulo, Jan./Abr. 1991.

CITTADINO, Monique. Poder local, memória e cultura política: possibilidades de análise a partir da figura do governador João Agripino (Paraíba - 1966-1971). In: **Saeculum - Revista de História**, ano 13, n. 16 (2007) João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, jan./jun.2007.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.) **O Populismo e Sua História**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 2001

GEERTZ, Clifford. Centros, Reis e Carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: **O saber Local: novos ensaio em antropologia interpretativa**. Trad. Vera Mello Joscelyne. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. M^a Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

LISBOA, Lindolfo Pereira de. **Padre Zuzinha**. Recife, edições Miriam Regina, 2003.

LISBOA, Lindolfo Pereira de. **Raimundo Aragão: sua vida, suas obras**. Recife, edições Miriam Regina, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MOURA, Carlos André Silva de. A Guisa da Introdução In: **Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 –**

1937). 2010. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, 2010.

NETO, Faustino Teatino Cavalcanti. **Biografia Política: o caso do paraibano Felix Araújo**. Trabalho apresentado na disciplina Micro-história e Usos da Biografia do Doutorado em História. Mimeo. Recife. 2009.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. In: **Projeto História**. nº 10, 1993, p7-28.

PEREIRA, Simone Luci. **História e Música**. 1998. Apresentação de Trabalho

PESAVENTO, Sandra J. **História & História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RÉMOND, René (Org). Por Uma História Política. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZNIK, Luís. **Qual o lugar da história local?** Artigo publicado em <www.historialocal.com.br>, acessado em 17/09/2010.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado Espetáculo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.


SILVA, Marcondes Moreno. **Ypiranga: memórias de uma paixão em azul e branco**. Santa Cruz do Capibaribe, 2009.

SILVA, Rimário Clismério. **Religião e política em Santa Cruz do Capibaribe: uma análise da trajetória política do Padre Zuzinha**. Monografia apresentada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA. Caruaru, 2008.

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. 5ª edição.
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ANEXOS

Diploma de posse das eleições de 1976


Justiça Eleitoral

Juízo Eleitoral da 51a. Zona Em Taquaritinga do Norte
Município de Santa Cruz do Capibaribe

DIPLOMA

O Juiz Presidente da 68a. Junta Apuradora das Eleições Municipais realizadas em 15 de novembro de 1976, nesta 51a. Zona Eleitoral em Taquaritinga do Norte, Circunscrição de Pernambuco, em face dos resultados obtidos, concede o presente Diploma de

Prefeito

Município de Santa Cruz do Capibaribe ao cidadão **Padre José Pereira de Assunção** eleito pelo Partido político "Aliança Renovadora Nacional - ARENA" em virtude de o mesmo haver obtido **3.375** votos, de um total de **6.375** votantes.

Taquaritinga do Norte **17 de dezembro de 1976**

Maria José Holanda Farias Cavalle
Secretária Geral da 68a. Junta Apuradora

Eraldo de Arruda Torres
Juiz Eleitoral Presidente da 68a. Junta Apuradora

36 12-76 VTR.

Música: **“Tributo a Padre Zuzinha”**

Letra e música de José Augusto Maia

Num jipe velho
 Numa batina surrada,
 Lá vai o padre fazer confissão
 Não tinha dia nem hora
 Que o Vigário faltasse atenção

Que saudade do Padre Zuzinha
 Acenando com sua mão!
 Ele se foi e seu povo
 Ainda guarda a recordação

Seu coração era de tamanho do povo
 Sua alegria era poder de novo
 Ajudar um cristão
 Em sua porta
 Nunca se recebia um não

Cinco de outubro, toda cidade
 Lá da Matriz vai em romaria
 Num momento, um instante de fé
 Segue o cortejo para a última moradia...
 Até parece que o padre está presente naquele dia!
 Tantos perdidos
 Tanta oração
 Para ele, Jesus e Maria...